



EVORA NO SÉCULO



palácios de Évora

património



- 4 Palácios de Évora
- 6 A bela Torre do Salvador
- 7 O velho Solar dos Cogominhos

entrevista



- 8 a Artur Goulart

cultura e artes



- 10 António José de Ávila
- 11 Celestino David
- 12 Exposições, concertos e espectáculos
- 16 António Gancho

educação

- 18 Escola Secundária Gabriel Pereira

lojas com história



- 20 Casa Bacharel / Drogaria Azul

os novos comércios



- 22 Mont'Sobro
- 23 Atelier Barahona

passeio



- 24 À volta das muralhas

memória cidadina

- 26 Lusitano Ginásio Clube

à mesa



- 28 Cozinha de Santo Humberto

alojamento

- 30 Parque de Campismo

editorial

Com esta edição a “Évora Mosaico” volta ao seu figurino habitual, depois do sucesso que constituiu o número anterior, dedicado à implantação da República na cidade, seus antecedentes e posteriores consequências. Deu-se desta forma mais um passo na consolidação da importância da revista, quer a nível concelhio como a nível exterior. De muitos locais do país vão aportando, de forma continuada, aos serviços municipais solicitações para o seu envio. O mesmo interesse continua a alargar-se a muitos eborenses afastados do seu torrão natal ou àqueles que aqui viveram parte substancial da sua existência e renovam, através da revista, o seu elo de ligação à cidade, que com o passar dos anos parecia tornar-se cada vez mais ténue.

Tornou-se assim colecionável e apetecida esta publicação, que pretende contribuir para uma cultura de pertença ao concelho mediante o conhecimento aprofundado do seu património, da sua história e do seu potencial turístico. E é, por outro lado, gratificante constatar a curiosidade que desperta em forasteiros e visitantes, sejam eles gente comum ou intelectuais, como instrumento de auxílio aos guias turísticos, proporcionando-lhes informação adicional que, como é óbvio, não pode estar contida naqueles.

É o caso deste número, em que o tema de capa incide sobre três dos mais belos Palácios de Évora: Condes de Basto, Duques de Cadaval e Inquisição. Por razões diversas a sua história é mal conhecida, mesmo entre os cidadãos, e escasseia a literatura acessível sobre eles. Na maioria das situações a informação existente circunscreve-se ao seu aspecto artístico. E no entanto os três palácios foram palco de acontecimentos importantes da História de Portugal, de que aqui se deixa registo e memória.

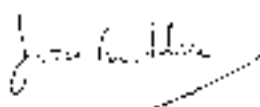
No âmbito do património construído foca-se a atenção na bela Torre do Salvador e no Solar dos Cogominhos, localizado na freguesia rural da Torre dos Coelheiros e cujo proprietário mais remoto foi companheiro de aventuras de Geraldo, o Sem Pavor, na conquista de Évora aos mouros. Entre os homens ilustres que passaram pela cidade evocam-se as figuras de António José d’Ávila, o primeiro governador civil do distrito e futuro Ministro do Reino, e de Celestino David, um beirão que foi um dos grandes arautos da promoção da cidade durante a primeira metade do século passado.

Desta feita o entrevistado é Artur Goulart, coordenador do Inventário do Património Artístico e Cultural da Arquidiocese de Évora, que historia nestas páginas o processo que permitiu a recuperação de cerca de 5000 peças de grande valor, acervo que veio enriquecer, por extensão, a cidade e o concelho. Em tom diametralmente oposto recorda-se António Gancho, poeta *sui generis* das nossas Letras, natural de Évora e falecido há exactamente 5 anos na Casa de Saúde do Telhal.

Relevo se dá também à notável regeneração da Escola Secundária Gabriel Pereira, que está entre os 60 melhores projectos de arquitectura escolar da OCDE, podendo ainda vir a ser seleccionada para a final do concurso em causa. No campo da reabilitação urbana salienta-se igualmente a reabilitação das muralhas, que transformou a área circundante num magnífico espaço contínuo de lazer e utilização pedonal. É esta a nossa sugestão de passeio.

O comércio ganhou merecido destaque nesta edição da “Évora Mosaico”. A Casa Bacharel/Drogaria Azul, com 114 anos de existência, ocupa o habitual espaço dedicado às lojas com história, enquanto adquiriram estatuto entre os novos estabelecimentos o “Mont’Sobro”, comércio de objectos de cortiça, e o “Atelier Barahona”, que recupera na cidade a tradição da encadernação artística e douramento de livros. Na memória cidadina traz-se à lembrança a condecoração do Lusitano Ginásio Clube, em 1933, apadrinhada pelo General Óscar Carmona em circunstâncias polémicas e difíceis como as de agora, num ano em que a agremiação se prepara para comemorar o centenário. Completam a edição as usuais sugestões nos campos da restauração e alojamento, bem como o excelente cartaz dos espectáculos.

Voltaremos no segundo trimestre deste ano de 2011, em que a cidade comemora os 25 anos da sua classificação como Património Mundial.




palácios de Évora



Palácios dos Condes de Basto



Pátio do Palácio

Évora, todos o sabem, foi uma das mais importantes cidades da fundação e consolidação do Reino de Portugal. Aqui se estabeleceram em tempos diversos monarcas, nobres de alta estirpe, comandos militares, ordens religiosas, que deixaram a sua marca nos palácios, paços, solares, defesas e conventos que mandaram levantar para sua residência. Alguns desses grandes imóveis, embora de grande visibilidade exterior, são muito mal conhecidos. Estão situados na Acrópole e foram testemunhas de acontecimentos singulares da História pátria que não fazem parte das descrições com que os guias turísticos os apresentam ou da sabedoria comum dos seus habitantes. Para lhes recuperarmos o passado e a saga que lhes está associada, colocam-se em evidência nesta edição três dos mais emblemáticos.

O **Palácio dos Condes de Basto**, o mais antigo dos paços de Évora, assenta num alcácer mouro, situado em plena cintura amuralhada, que D. Afonso Henriques cedeu por volta de 1176 à Ordem de S. Bento de Calatrava para seu alojamento, em troca do seu compromisso de defesa da cidade. Em 1211, os «Freires de Évora» vieram a ser presenteados com a doação do lugar de Avis, ficando, no entanto, compelidos a proceder ao seu povoamento e desenvolvimento e a nele erguer um castelo. Para lá se mudou a Ordem pelo que, em 1220, o velho solar eborense voltou à tutela da Coroa como Paço Real, agora com o nome de Paço de S. Miguel da Freiria.

D. Fernando enamorou-se do espaço e mandou fazer-lhe obras de beneficiação, para o usar como residência habitual durante as frequentes vilegiaturas em Évora. Após a sua morte a viúva, Leonor Teles, escolheu-o como poiso de eleição para os amores que mantinha com o galego João Fernandes Andeiro, seu valido, o qual tomaria o seu partido quando da crise dinástica conhecida por interregno. Tal tomada de posição levou D. João, capitão-mor do Reino e Mestre da Ordem de Avis, a assaltar o Paço e a destruí-lo quase por completo.

Nomeado Condestável, Nuno Álvares reclamou-o para sua habitação permanente por ser lugar mui favorável a suster as arremetidas castelhanas. O edifício foi

reconstruído e o grande chefe militar português viveu nele durante um quarto de século. Depois da sua retirada o Palácio ficou entregue aos capitães-mores de Évora até que D. Afonso V, em meados do Século XV, o ofereceu a Diogo de Castro, capitão de cavaleiros, na qualidade outorgada de governador hereditário da cidade. Todavia os seus descendentes, tóbios e pusilânimes, aproximaram-se de Espanha por alturas da ocupação filipina. Fernando II conseguiu assim manter todas as regalias dos seus antecessores, tornou-se conselheiro de Filipe II e dele recebeu, em 1595, o título de Conde de Basto. De imediato o Palácio alterou a sua designação.

Esta situação permaneceu até 1642, quando Lourenço Pires de Castro, 3.º Conde de Basto e protegido de Filipe III, foi expropriado por D. João IV de Portugal de todos os seus títulos a bens. O Paço voltou à posse da Coroa e, em diversas épocas, serviu de alojamento temporário ao Arcebispo D. Domingos de Bragança e a D. Catarina de Bragança, rainha viúva de Carlos II de Inglaterra. O seu último ocupante terá sido Vicente Rodrigues Ruivo (1895-1912), cujos herdeiros o deixaram quase irre recuperável. Em 1950 o filantropo local Eng.º Vasco Maria Eugénio d'Almeida, 2.º Conde de Vil'Alva, recuperou-o, com o apoio técnico da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, e devolveu-lhe o esplendor antigo. É Monumento Nacional desde 1922.

Situado em local de complicado acesso a automóveis, o Palácio passa um pouco despercebido aos visitantes e até mesmo aos eborenses, por não fazer parte dos percursos habituais. É, no entanto, de uma beleza extraordinária, composto por um conjunto de grandes e pequenos blocos, de que se salientam a entrada, o jardim, a casa do administrador, os escritórios e arrecadações e os magníficos pórticos alpendrados. No interior há salas esplendorosas e pinturas de encantar. Nele está actualmente sediada a Fundação Eugénio d'Almeida. No futuro está destinado a receber um Museu de Arte Contemporânea e Cultura.

Junto ao templo romano fica o **Palácio dos Duques de Cadaval**, mandado erguer por Martim Afonso de Melo,



Palácio dos Duques de Cadaval (ao fundo)



Salão do Palácio de Cadaval



Insígnias da Inquisição



Palácio da Inquisição

fidalgo, rico-homem de Évora e servidor do Mestre de Avis. Assente no embasamento do antigo Castelo de Évora, de fundamentos romano-visigodos, é um edifício fortificado, dotado de uma imponente torre na fachada principal e de outra, nas traseiras, de forma pentagonal – uma autêntica raridade. Esta faceta deu origem à sua designação primitiva de Palácio da Torre das Cinco Quinas, classificado como Monumento Nacional a partir de 1910. Tumultos acontecidos durante a crise de 1383-1385 deram azo a que fosse parcialmente incendiado. As obras que se seguiram permitiram recuperar as torres e a Porta da Traição, ao mesmo tempo que era levantado um elegante pavilhão iluminado por janelas com cortinas de ameias de tipo mudéjar.

O Palácio foi depois pousada favorita de D. João II, Dom João III, D. João IV e D. João V. O primeiro destes monarcas manteve ali prisioneiro D. Fernando II, duque de Bragança, a quem acusou de conspiração contra si, antes de o mandar decapitar na Praça do Giraldo, corria o ano de 1483. Mas só em 1648 é criado o Ducado de Cadaval, em favor de Nuno Álvares Pereira de Melo, unindo as Casas maternas de Bragança e Melo e dos Condes de Olivença, e herdeiro ainda do Condado de Tentúgal e do Marquesado de Ferreira. O Palácio da Torre das Cinco Quinas passou então para a posse da nova linhagem.

Hoje é a residência habitual de D. Diana Mariana Vitória Álvares Pereira de Melo, de 32 anos, 11^a. Duquesa de Cadaval e casada com o Príncipe Charles-Philippe d'Orléans, duque d'Anjou. Os matrimónio celebrou-se em Maio de 2008 na catedral de Évora com grande pompa e circunstância. No início da década todo o vasto espaço foi alvo de prolongada acção de restauro, empreendida por D. Claudine Tritz, mãe de Diana. A sua gestão compete agora à filha.

O Palácio é palco de diversas iniciativas culturais promovidas e patrocinadas pela Casa Cadaval, das quais sobressai o Festival Évora Clássica, organizado desde 1994 e que é já uma referência na programação anual deste género musical. O edifício alberga também a Ga-

leria de Arte da Casa Cadaval, onde se podem admirar diversos códices iluminados, esculturas, pinturas e armaria. No seu prolongamento fica a Igreja de S João Evangelista, de elegante pórtico gótico e panteão da família, com campas de bronze, elementos igualmente classificados. Em parte do jardim foi aberto um simpático restaurante denominado “Jardim do Paço”.

Igualmente junto ao Templo Romano, mas do lado oposto, encontra-se um volumoso edifício cuja entrada é servida externamente por um espaço ajardinado onde figuram um busto, da autoria de Mestre Lagoa Henriques, do já citado D. Vasco Maria Eugénio d'Almeida, seu adquirente no início dos anos 60, e um sarcófago de arte moderna, cinzelado por José Pedro Croft. Embora nada o indique, nem da sua existência se faça menção nos guias da cidade, trata-se do antigo e sinistro **Palácio da Inquisição**. A Inquisição portuguesa nasceu legalmente em Évora em 1536, com o beneplácito de D. João III. Para instalar o Tribunal do Santo Ofício, a Igreja comprou ao conde da Vidigueira todas as casas que na área lhe pertenciam.

A Inquisição só seria extinta em 1821 pelas Cortes Constituintes. No Palácio de Évora os inquisidores perseguiram, torturaram e condenaram à morte, durante 280 anos, milhares de cristãos novos e pessoas denunciadas como hereges, relapsos, feiticeiros, bruxas, prostitutas, bígamos, solicitantes e ateus, todos sujeitos aos selváticos tratos do potro e de polé. Alguns não chegaram a enfrentar os autos de fé e morreram emparedados nas cruéis covas subterrâneas criados pelo espanhol Alvarez de Paredes. Túlio Espanca assinala que, em 1963, quando da adaptação do edifício a Instituto de Estudos Superiores, foram ali achados vários esqueletos nas mais dramáticas posições.

Ao saque do imóvel enquanto abandonado, ou às transformações recebidas durante o tempo já mais recente em que foi utilizado como Hotel Alentejano, escaparam a imponente sala grande dos Despachos ou dos Julgamentos, de tecto armoriado – em cuja entrada superior se pode ler inscrita a legenda *Excurge Deus causa tuam* – e lambril azulejar, diversos recantos e cerca de catorze mil processos, livros de receitas e despesas e cadernos do promotor. Um pouco mais abaixo, nos Serviços da Cúria Diocesana e antiga residência dos inquisidores, pode ainda ver-se, a encimar o portal de entrada, um rectângulo marmóreo envolvendo as armas do Santo Ofício: a Cruz de Cristo, entre um ramo de oliveira e uma mão empunhando uma espada.

Hoje espera recuperação, devendo passar a albergar um futuro Museu de Arte Contemporânea.

a bela torre do salvador

Grande e bela é a Torre do Salvador, reduto de 13,20 metros de altura, assente numa base quadrangular de 9,60 metros de lado e composta por muros bastante sólidos de granito, situada junto aos Paços do Concelho. A sua construção, inserida na cerca antiga da cidade, data de meados do século XIV e tem prováveis origens romano-visigodas, traduzindo um aproveitamento semelhante ao verificado na implantação de outras fortificações assentes no Castelo de Évora.

Possuindo acesso pelo interior, através de escadas



apropriadas, a Torre ostenta um aspecto bélico medieval, que lhe é conferido pela presença bem vincada de ameias e seteiras, embora mitigado pela construção do Convento do Salvador do Mundo, que lhe ficou encostado e ao qual foi servindo de mirante, ornado pelas habituais janelas de tijoleira. O templo foi sagrado em 24 de Julho de 1610 e alojou a Ordem das Clarissas, que tinha sido obrigada a desocupar o seu anterior local de retiro para que, no mesmo espaço, fosse construída a Igreja do Colégio dos Jesuítas (actual Igreja do Espírito Santo).

Durante as invasões francesas, culminadas com a tomada de Évora no dia 29 de Julho de 1808, luta em que pereceu mais de um milhar de eborenses, seguiu-se o massacre da população, tendo sido executadas mais 5.000 pessoas, número médio estimado entre as avaliações por excesso e por defeito, efectuadas por historia-

dores antigos e mais recentes. Mas a selvajaria das tropas do general Loison, dito “O Maneta”, prosseguiria nos dias 30 e 31 com o saque e a pilhagem sistemática dos mosteiros e das casas mais ricas da cidade. Como é óbvio, o Convento do Salvador não ficou imune ao roubo, tendo sido espoliado do seu recheio mais valioso. Casa de clausura feminina, suscitou, isso sim, a atenção da soldadesca gaulesa, desvairada na procura de mulheres. Como é lícito supor, as freiras clarissas não saíram incólumes da imparável horda masculina invasora, não oferecendo, por inútil, grande resistência à sua brutalidade. A Torre, em termos de construção, acabou por não sofrer danos de monta.

Apesar de tudo os franceses não conseguiram concretizar o seu grande objectivo, que era o da conquista de Lisboa, e decidiram-se por abandonar o país. Com a extinção das ordens monásticas, o Convento foi entregue em 1906 a uma unidade do grupo de Artilharia de Montanha. Dissolvido este, passou a aquartelar o Regimento de Artilharia Ligeira nº. 1. Em 1922 a Torre sineira do Convento é considerada Imóvel de Interesse Público. Mas o estado geral do conjunto monástico é lastimoso, pelo que o Estado Novo decide transferi-lo para outro local, cessando a ocupação militar do Convento.

Durante algum tempo a Escola Industrial e Comercial de Évora obtém a sua cedência para instalar na cerca e dependências cobertas um campo de jogos e algumas salas de ginástica, que não possui. Sol de pouca dura. Em 1940 a Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais decide abrir a sua Secção Sul na parte mais antiga do edifício, que engloba a Torre, a Igreja, exemplar de arte barroca, e respectivos coros, um pórtico e parte do Claustro. Toda a restante área do Convento é então demolida para dar lugar à construção da Estação dos Correios, Telégrafos e Telefones e ao rasgar

da Rua de Olivença.

Por exibir bastos sinais de degradação, a Direcção Regional da Cultura do Alentejo, a quem o edifício está patrimonialmente afecto, decidiu retirar do local os serviços de que ali dispunha e integrá-lo na parceria Acrópole XXI, projecto de reabilitação urbana confinado àquela área e candidato a financiamento comunitário através do QREN. Dotadas de um investimento de 75.000€, as obras em causa visavam a criação de condições, naquele espaço, para instalação da loja “Cultura-Alentejo”.

Terminada a intervenção no edifício em meados do ano transacto, este continua encerrado e da loja “Cultura-Alentejo” não se percebem sinais. E é pena, porque tão bela e vetusta torre, localizada na envolvente da Praça do Sertório, não merece estar sem qualquer aproveitamento cultural, social ou turístico, depois da sua recuperação.

o velho Solar dos Cogominhos

Na visita que a «Évora Mosaico» tem vindo a efectuar pelo património construído espalhado pelas freguesias rurais, cabe hoje a vez de apontar a atenção sobre a Torre/Solar dos Cogominhos, mansão-fortaleza localizada em Torre dos Coelheiros, freguesia cuja sede se situa a cerca de três léguas de Évora. Ninguém sabe aquando remonta a origem da povoação. É, porém, dado como certo que Pedroalvez, o primeiro dos Cogominhos, era senhor daquelas terras e «se achou com Giraldo Pestana, o Sem Pavor, na tomada de Évora, e levou a Coimbra as chaves das cinco Portas daquela praça a El Rei Dom Afonso Henriques». Assim o escreveram Frei Bernardo de Brito na primeira parte da “Crónica de Cister”, entre 1597 e 1602, e António Villas Boas e Sampaio na “Nobliarchia Portugueza”, publicada em 1676.

A autoridade dos Cogominhos estendeu-se então aos domínios de Oriola e Alvito e alguns dos seus descendentes foram para Lisboa, adquirindo prestígio junto da Corte. Um dos que mais se distinguiu fora da sua região foi Nuno Fernandes Cogominho, feito Almirante de Portugal por D. Sancho II. Coube contudo a Fernão Gonçalves Cogominho, filho bastardo do Cónego da Sé de Lisboa, D. Gonçalo Fernandes Cogominho, a iniciativa de instituir o morgadio de Fonte dos Coelheiros (cães especializados na caça aos coelhos e às lebres) no termo de Évora, decorria o ano de 1357.

Fê-lo agregando-lhe «todos os seus direitos e pertenças e casas e vinhas, torre, pomar, fontes, ribeiros, azinhal, soveral, matos», por entender ser necessário garantir ao seu filho primogénito os bens suficientes para a manutenção do seu estatuto social. E acrescentou o argumento de que «a partição das heranças pelos herdeiros era azo de não poderem os filhos manter a honra dos padres e dos seus avós e as linhagens ficavam em grande míngua e caíam os estados e honras que antigamente houveram».

Como se pode verificar por uma leitura atenta da instituição do morgadio, a torre já integrava os seus activos, tendo sido construída ou finalizada nesse mesmo ano, conforme é defendido pela maioria dos historiadores. D. Afonso IV ajudou quer a uma quer a outra coisa, dado que Fernão Gonçalves havia sido seu meirinho-mor, copeiro-mor e companheiro na batalha do Salado. O bastião, de planta quadrangular, em alvenaria de pedra, atinge os 13 metros de altura e é coroadado por merlões (parte saliente de uma fortificação) em estilo mourisco, colocados entre cunhais, seteiras e mata-cães, aparelhados em cantaria de granito. Nessa altura era tido como a mais elevada fortificação do Alentejo, de entre as que ficavam fora das cidades, divisando-se do seu alto Monsaraz, Terena, Alandroal, Portel, Évora, Évoramonte, Monte Trigo, toda a Serra de Ossa pela parte Sul e parte da Serra Morena, em Espanha.



Depois a torre, que já mudara o nome à terra e ao morgadio, passou a paço, tendo-lhe sido incorporadas, no piso térreo, alas exclusivamente para salões. No decurso dos séculos XVII e XVIII recebeu dois corpos laterais rectangulares, compostos por pavimento térreo e sobrado, «com frente regular de dez janelas, sobre dupla escadaria de granito», aumento que muito se ficou a dever ao espírito de iniciativa de Diogo Xavier de Mello Cogominho. Nas memórias paroquiais de 1758, o Padre Joseph Gomes Saramago regista-o como compreendendo «várias cazas, em três andares ou pavimento».

Por essa altura já a povoação tinha passado a paróquia e os bens da família Cogominho ultrapassado a légua de comprido do dito morgadio, alargando-se por mais herdades, ricas em «trigo, sevada, senteyo, e grandes montados de azinho e sovro». Todo este vasto património se viria a desmoronar com a lei liberal da extinção dos

morgadios, criada por Mouzinho da Silveira em 1832, mas que só entrou em vigor no reinado de D. Luís por Carta de Lei de 19 de Maio de 1863. Alegou-se que a mesma tinha o fito de acabar com a desigualdade imoral entre irmãos, mas tudo isto não passava de uma falácia, pois o que se pretendia era acabar com as grandes fontes de riqueza da monarquia rural, enfraquecendo-a nos seus alicerces financeiros.

A fragmentação do morgadio pelos diversos herdeiros vibrou um golpe fatal. As diversas parcelas daí resultantes foram vendidas. A Torre também encontrou compradores que, no entanto, pouca atenção lhe dedicaram. Devido à falta de conservação o edifício

entrou em fase de acentuada degradação por volta de 1920. Para evitar a sua completa e definitiva ruína o seu último proprietário, João António Lagartixo, oriundo de uma conhecida família de Redondo, decidiu doá-lo à Câmara Municipal de Évora, no ano de 1957.

Ficou então consignado que o seu restauro seria orientado e aprovado pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais e na Torre ficariam sediados um edifício escolar e a Junta de Freguesia. Condição totalmente aceite, o que levou à sua classificação, por Decreto Lei de 18 de Julho de 1957, como Imóvel de Interesse de Público. Resta acrescentar que o compromisso foi integralmente respeitado e a Torre se encontra activa e animada e em excelente estado de conservação. Visita ao mundo rural e à história concelhia a não perder numa tarde de fim-de-semana.

entrevista **Artur Goulart**
Coordenador do Inventário de Arte Sacra de Évora

“O Inventário permitiu reencontrar cerca de 5000 peças sacras”



A ideia de inventariar o património móvel da Arquidiocese surgiu da vontade desta pretender conhecer e aquilatar em toda a extensão o vasto património de que é detentora, ou pura e simplesmente de garantir a salvaguarda pela identificação das peças mais valiosas, que a partir de certa altura passaram a estar sob a cobiça dos grandes negociantes de arte que, através do roubo, as desencaminhavam sem deixar rasto?

Diremos que ambas as coisas. Há alguns anos, mais precisamente a partir de 1992, que a Santa Sé, preocupada com esses vectores, vinha dando orientações muito precisas e claras, indicando mesmo a metodologia a utilizar, a todos os Episcopados, para a necessidade de um rigoroso inventário de todos os seus bens. Mas normalmente os bispos estavam mais centrados na pastoral que propriamente neste problema de natureza cultural, que não se lhes antevia de relevância extraordinária.

Em Portugal a diocese de Beja foi pioneira neste trabalho de descobrir, listar, catalogar as peças que andavam perdidas pelo Baixo Alentejo. No Patriarcado de Lisboa também alguma coisa ia sendo feita, tal como no Norte, mas sem a amplitude de Beja.

Mas em Évora quando é que tudo começou?

Os preparativos para o arranque já se tinham encetado quando, a 8 de Dezembro de 1999, chegou a Portugal nova carta do Vaticano apelando com a máxima urgência ao início dos trabalhos de inventariação. Era necessário impedir a delapidação dos seus bens. O mercado de arte sacra passava por Itália, país onde se situavam as mais importantes quadrilhas de ladrões, que recebiam encomendas das peças desejadas e davam indicações dos locais onde se encontravam.

Em Évora só um alerta dado pela Interpol impediu que a valiosíssima Cruz do Santo Lenho tivesse sido roubada. Foi depositada no cofre-forte de um banco. Os ladrões entraram na Sé e retiraram sem levar nada, apesar do vasto espólio ali exposto, porque não depararam lá com o que pretendiam.

Foi aí que soou a campanha de alarme...

Não o podemos entender totalmente assim, pois estávamos já em vésperas da assinatura do protocolo entre a Fundação Eugénio d' Almeida (assegurando o financiamento) e a Arquidiocese de Évora, representada por D. Maurílio de Gouveia, a qual se efectivou em 1 de Março de 2002 e delimitando o concelho de Évora como âmbito geográfico. Ficou acordado também que o inventário não se circunscrevesse às peças de arte mas abrangesse igualmente os fundos documentais. Entretanto veio a verificar-se que a extensão dos acervos ia bem para além do que se encontrava nos altares ou ao serviço habitual do culto, e que existiam documentos por tudo quanto era sítio e lado.

A vastidão dessa tarefa implicou por certo a constituição duma equipa coesa, empenhada e qualificada?

Sem dúvida. Mas devo dizer-lhe que a recrutámos na região, recorrendo a quatro jovens recém licenciados em História, História de Arte, História do Património e Ciências Documentais. Privilegiámos os que já tinham trabalhado, ainda que de forma

Natural de Velas, Angra do Heroísmo, Artur Goulart de Mello Borges é licenciado em Arqueologia, com pós-graduação em Museologia e História de Arte, e frequentou o Curso Superior Livre de Estudos Árabes da Universidade de Évora, especializando-se na área da epigrafia árabe em Portugal. Começou por ser aluno do Seminário da sua terra, onde veio a ser ordenado padre. Seguiu depois para Roma, onde esteve até obter o doutoramento. Regressou a Angra para ser professor de História de Arte e Liturgia, entre 1962 e 1978, no Seminário que frequentara enquanto estudante. De 1968 a 1973 chefiou a redacção do jornal diário “A União”. Em Angra desenvolveu ainda intensa actividade cultural e fez luzir méritos de poeta.

Em 1978 deixou a vida sacerdotal, casou e rumou a Lisboa. Pouco tempo esteve na capital e tomou o caminho de Évora para ingressar como técnico superior no Museu de Évora, respondendo a convite que nesse sentido lhe fora endereçado pela respectiva responsável, Sílvia Chicó. Substitui-a como directora em 1992 e foi naquele cargo que se reformou em 1997. Continuou a participar em congressos e seminários da especialidade. Desde Março de 2002 que é coordenador científico do Inventário do Património Artístico Móvel da Arquidiocese de Évora.

temporária ou episódica, no campo da inventariação e da informatização, nomeadamente no Museu de Évora. Forneceu-se-lhes depois uma formação ligeira de base e deu-se-lhes a conhecer, ainda que de forma sumária, o tipo de objectos que iriam por certo encontrar nas igrejas a examinar e inventariar.

Toda essa pesquisa foi feita a partir do zero?

Não, claro. Quase todas as igrejas possuíam, a partir de 1836, altura da desamortização dos bens eclesiais pelo Estado, inventários dos seus bens, elaborados pelas Juntas de Freguesias. Só que eram listas de que fazia parte toda e qualquer espécie de objectos, com descrições genéricas e superficiais que impossibilitavam qualquer identificação precisa. Mais tarde, ao tempo da implantação da República, que determinou a nacionalização do património da Igreja, foi feito, ainda por obrigação estatal, o arrolamento dos bens móveis e imóveis de cada igreja. A obra de referência com que se partiu para o terreno foi “O Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora” da autoria de Túlio Espanca, publicado pela Academia Nacional de Belas Artes. Uma obra notável, em que poucas falhas, e de somenos importância, foram detectadas, mas ainda assim também esta feita sem a responsabilização directa da Igreja.

Mas já necessariamente insuficiente dado o número de peças descoberto posteriormente...

Principalmente pela quantidade de peças recolhidas durante a fase de procura, e de que nem sequer havia conhecimento, excedeu todas as expectativas e constituiu para todos uma autêntica surpresa. É certo que o trabalho abrangeu as vinte paróquias do concelho. Mas a extensão imprevista dos acervos levou ao prolongamento do protocolo. Quero porém salientar que, ao termo de ano e meio de

trabalho (finais de 2003), inaugurámos uma exposição intitulada “Tesouros de Arte e Devoção”, em que apresentámos 130 peças das 5.000 encontradas e consideradas como de grande valor.

Nessa mostra só estiveram peças inéditas?

Não. Pretendemos, sobretudo, inseri-las num discurso coerente e eloquente da multifacetada vida religiosa eborense, dividindo por isso os objectos em três grandes núcleos: A Eucaristia - memória e presença; Nossa Senhora e o Menino Jesus - esplendor e popularidade da devoção; e Anjos e Santos - mensageiros e intercessores. Privilegiou-se, nas opções, as que eram pouco ou nada conhecidas ou outras que, embora já expostas, apresentavam novos dados, quer da autoria, quer da proveniência, quer de contexto histórico.

No tocante aos fundos documentais o sucesso foi idêntico?

À medida que foram sendo limpos e inventariados deparámo-nos com o aparecimento de alguns espécimes inesperados, de excepcional importância para o conhecimento das confrarias e dos extintos conventos das centúrias de setecentos e novecentos. À tona vieram estatutos, livros de acórdãos, tombo, de receitas e despesas. A Arquidiocese ficou a ter ideia da dimensão do saque e da pilhagem quando das invasões francesas na cidade e do peso dos materiais que foram requisitados pelo governo napoleónico para seguirem para Lisboa. Os registos de saída cifravam-se em quilos ou arrobas dos materiais e não na sua identificação. A isto sucedeu o enorme esbulho de que os bens da Igreja foram alvo quando do encerramento dos conventos. A delapidação ocorrida na primeira metade do século XIX foi catastrófica e a perda de obras de arte insubstituível.

O actual acervo está ou poderá vir a estar patente ao público?

Nas actuais condições de segurança é evidente que não. Não haverá, por outro lado, a sua concentração num só edifício. Muita gente pensa que tudo irá para o moderno Museu de Arte Sacra. Não será assim: as imagens, os quadros e as pedras preciosas, depois de inventariadas e catalogadas, voltam aos templos de origem, onde ficarão acondicionadas em local seguro; no Museu de Arte Sacra ficam só as que já estavam domiciliadas. Temporariamente, e quando a ocasião o justificar, a Arquidiocese poderá proceder a exposições temáticas e parcelares sobre o seu vasto património sacro.

António José de Ávila

o primeiro governador civil



A introdução da figura do governador civil na Administração Pública portuguesa ocorreu em 1835, na sequência do triunfo liberal na Guerra Civil, concretizado com a assinatura da Convenção de Evoramonte, ocorrida no ano anterior. O território foi dividido em distritos e junto de cada um passou a funcionar um magistrado administrativo designado por governador civil. Retomava-se desta forma a proposta anunciada aquando da revolução de 1820, que preconizava a substituição da comarca, enquanto entidade administrativa, pelo distrito, alteração que as sucessivas contra-revoluções foram sempre impedindo e contrariando. A sua definitiva capitulação propiciou aos liberais a ocasião para impor finalmente as reformas necessárias à fixação do novo regime e à novidade da divisão e separação de poderes.

Assim apareceram os governadores civis, nomeados pelo Conselho de Ministros, que enquanto representantes do governo central estavam dotados de autoridade para coordenar as suas políticas e serviços da administração pública na área do seu distrito. Em relação aos antigos corregedores foram-lhes retiradas as competências judiciais, as quais passaram para a esfera dos tribunais. A partir de meados do século XX, porém, a sua importância começou a esbater-se gradualmente por via da criação por cada ministério das suas próprias delegações e serviços regionais. Actualmente os governos civis estão limitados às funções de dependências do Ministério do Interior, sabendo-se que a sua existência depende da implementação da Regionalização consagrada na Lei Fundamental do País.

Até aos dias de hoje o cargo de governador civil de Évora registou 93 mandatos, distribuídos por 79 pessoas. Houve quem o ocupasse por 3 vezes (Visconde de Guedes e Joaquim António dos Reis Tenreiro Sarzedas) e também quem bisasse o lugar. Coube, no entanto, a um jovem açoriano, António José de Ávila, que se havia de tornar figura de grande relevo na política portuguesa, inaugurar a função tomando posse a 27 de Junho de 1835, contando por essa altura 29 anos. Ávila nascera a 8 de Março de 1807, na cidade da Horta, na ilha do Faial, sendo de origens muito humildes, filho de um sapateiro e de uma lavadeira. Da dezena de descendentes gerados pelo casal apenas quatro chegaram a adultos, o que diz bem das agruras e tormentos enfrentados.

A vida da família melhorou bastante quando o seu progenitor decidiu dedicar-se ao comércio e pôde começar a poupar parte dos rendimentos, destinados a custear os estudos de António José no Continente, já que este se vinha afirmando como aluno de grandes recursos intelectuais nas escolas faialenses. Com apenas 15 anos Ávila matriculou-

se na Universidade de Coimbra, onde cursou Filosofia e Medicina, acabando por obter reconhecimento de mérito no primeiro curso. No início da Guerra Civil de 1832-34 retornou aos Açores, onde se instalara o governo liberal. Rapidamente ganhou prestígio no parlamento insular.

Com a vitória liberal foi designado Governador Civil de Évora e eleito deputado pela Horta. Na cidade permaneceu durante um ano e três meses, tendo sido exonerado a 19 de Setembro de 1836, na sequência do chamado golpe setembrista, movimento popular radical que conquistou a adesão militar repondo a Constituição de 1822. Mas o seu trabalho foi muito apreciado em todo o distrito, tanto assim que foi eleito por Évora e pela Horta em 1838, e em 1840 novamente por Évora e pela Horta, mas também por Beja e pela Feira, neste último caso como substituto. Então era possível um deputado ser eleito por mais de um círculo.

O termo dos governos setembristas aconteceu em 1840. No ano seguinte o cartista Joaquim António de Aguiar chega à chefia do governo e nomeia Ávila para ministro das Finanças, cargo que desempenha durante os executivos de Costa Cabral e do Duque da Terceira, e vem a abandonar com a ascensão ao poder do Duque de Saldanha. Em 1857 volta ao lugar no primeiro governo do Duque de Loulé. Após a Janeirinha, um movimento contra o aumento de impostos ocorrido a 4 de Janeiro de 1868 e que, apoiado por comerciantes e proprietários, ditou o fim do governo de fusão, António José d'Ávila foi chamado a formar governo. O diploma em causa foi revogado mas o pior foi que o erário público foi fortemente penalizado. Daí à queda do executivo que comandava foram seis meses.

Ainda voltou a ser Ministro das Finanças e, entre 1870 e 1877, exerceu por duas vezes, em alternância com Fontes Pereira de Melo, o cargo de Primeiro-Ministro. Entretanto, em 1871 foi designado para presidir à Câmara dos Pares, substituindo o Duque de Loulé. Em 1878, já com 71 anos, recebeu o título de Duque de Ávila e Bolama, em virtude do seu êxito enquanto negociador diplomático por banda de Portugal no diferendo mantido com a Grã-Bretanha, que reclamava o seu direito à ilha de Bolama, mas cujas pretensões não colheram vencimento junto das instâncias internacionais mercê da sua argumentação em defesa do património português. Recebeu por tal feito o grau de Grão-Mestre da Ordem da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Morreu em Lisboa a 3 de Maio de 1881 este grande político português que subiu na vida a pulso e foi o único plebeu a ser nobilitado. Começou a sua brilhante carreira como primeiro governador civil de Évora. Mas quantos o sabem?

Celestino David

o enamorado de Évora

Quem vem do Hospital Velho para o Largo da Porta de Moura subindo pela íngreme Rua Dr. Joaquim Henrique da Fonseca, há-de reparar que, à sua direita, na frontaria do número 19, está colocada uma lápide marmórea comemorativa do 1.º Centenário do nascimento de Celestino David, figura pouco conhecida dos actuais eborenses. No sucinto epitáfio se pode ler, em termos da homenagem que lhe foi prestada pela cidade e pelo Grupo Pró-Évora: «Nesta casa faleceu em 28-9-1952 Celestino David, escritor e poeta beirão que a Évora e seu tempo regional deu todo o seu talento de homem público e de artista».

A vida deste homem de excepcional cultura é, apesar de tudo, um livro aberto. Dele podemos conhecer todos os passos, sonhos, ilusões, alegrias, tristezas e desenganos compulsando a autobiografia que nos deixou, escrita em 1950 e, na altura, um género literário de raro cultivo. Pela leitura desta resenha pessoal se ficam a conhecer as suas facetas de homem público, a inteireza de carácter com que as viveu, a inusitada paixão de que se tomou por Évora, o seu gosto pelo jornalismo e a devoção à investigação e ao conhecimento histórico da cidade e das suas gentes.

Natural da Covilhã, onde nasceu a 14 de Janeiro de 1880, era filho de um casal modesto: o pai, chefe da estação telegrafo-postal, a mãe cuidando da lida da casa e da criação dos onze filhos havidos. Pelo torrão natal se manteve até concluir o ensino primário, tendo feito o exame de admissão no Liceu da Guarda. Mas os pais hesitaram quanto ao rumo imediato a dar à sua carreira, «talvez porque não soubessem o que lhe convinha, talvez porque os recursos não eram muitos». Continuou porém a estudar, frequentando a Escola Industrial Campos de Melo e aulas particulares de português orientadas pelo administrador do concelho.

Em Outubro de 1893 surgiu a oportunidade de entrar no Liceu do Carmo, em Lisboa, para iniciar o curso secundário, com a duração de seis anos. Um conflito com um professor de geografia, devido à recusa em usar óculos quando sofria de acentuada miopia, impossibilitando-o de identificações cartográficas precisas, esteve na origem do regresso à Beira. Matriculou-se no Liceu da Guarda e concluiu o curso em quatro anos, não deixando dúvidas quanto às suas capacidades e virtudes intelectuais.

Em 1897 ingressou na Universidade de Coimbra para se bacharelar em Direito, o que adregou em Junho de 1903. Eram as letras, contudo, que o prendiam. Nos anos que por lá passou «em estudos e devaneios» disseminou versos e prosas por muitos jornais da província e da capital. Ali conheceu a ilustre e letrada geração académica do final de século.



Com muita mágoa deixou a urbe e a vida coimbrã, do seu cantado encantamento.

Tornava-se agora imperioso ganhar a vida. Concorreu e foi nomeado sub-delegado e ajudante de conservador na comarca de Gouveia. Depois passou a administrador do concelho e finalmente a conservador. Num autêntico peregrinar pelo país andou pelo Cartaxo, Campo Maior, Alfândega da Fé, Castelo Branco, Vila Viçosa, até aportar a Évora - que o enfeitou - em 1912. Celestino David veio ocupar o lugar de Secretário Geral do Governo Civil de Évora, no qual se manteve até à aposentação em 1950 - salvo um período curto entre 1935 e 1936, em que esteve em Santarém, para se aproximar de seus filhos. A política pouco o importava, sendo certo porém que a República nunca se lhe chegou ao coração.

Mas cumpria com inexcedível zelo e proficiência a função que lhe fora cometida. Fora do horário de serviço, em dias santos e feriados - como confessou - lia, escrevia, frequentava bibliotecas, ou calcorreava a cidade a inebriar-se dos seus encantos, a encher-se da sua beleza, a desocultar os seus recantos e a mostrar aos outros os seus segredos. «Fui cicerone de uma geração» - afirmava com frequência.

Em 1919 fundou, com alguns amigos, o Grupo Pró-Évora. Na «Autobiografia» salientou «o que se lhe deve quanto ao Museu Regional - sem o grupo o Museu não existiria ainda, - quanto ao Claustro da Sé - sem as obras iniciadas pelo grupo não seria possível o que se vê hoje - quanto à conservação das muralhas - sem o grupo estariam arrasadas já - quanto ao pitoresco das ruas, restauro de monumentos, conferências de cultura, propaganda por todos os meios, exposições de arte - sem a acção do grupo pouco se teria feito». Foi seu vice-presidente da direcção durante 13 anos e presidente da Assembleia Geral depois do seu regresso de Santarém.

De resto escreveu. Escreveu desmedidamente, deramando o seu talento em prosa e verso, numa exaltação permanente de Évora e do Alentejo. E fê-lo em livros, poemas, jornais, revistas ou monografias várias. Foi autor dos verbetes, referentes a Évora e ao Alentejo, publicadas na Grande Enciclopédia Luso-Brasileira. Numa hora intervalar escreveu em 1926 o hino do Lusitano Ginásio Clube. Já para o termo da sua «Autobiografia» diria: «Da cidade, conheci a história, admirei a arte, gozei o pitoresco, construí a terra lendária que os cegos de alma não vêem e eu me dei a rodeá-la de ternuras profundas, ressonantes do meu espírito admirador».

No dia da sua aposentação Celestino David recebeu do Governo Civil o diploma de cidadão honorário de Évora, que lhe foi entregue pela neta Maria da Conceição. Em 14 de Janeiro de 1951 o governo, através do Ministério da Educação, decidiu, muito justamente, galardoá-lo com as insígnias da Ordem de S. Tiago.

Março

Comemorações Mês da Juventude



A Câmara Municipal de Évora promove em Março, em parceria com entidades, associações e grupos de jovens, um vasto conjunto de actividades que assinalam mais uma edição do Mês da Juventude.

Procurando oferecer aos jovens uma programação variada, o Mês da Juventude - Março 2011 contempla cerca de 40 actividades, que incluem música, desporto, peddy papers, paintball, exposi-

ções e workshops, entre outras.

A imagem deste ano do Mês da Juventude foi eleita de entre um total de 78 propostas que concorreram ao Concurso Imagem Gráfica 2011.

Info: 266 777 000

Email: palavraj@cm-evora.pt

Site: www.cm-evora.pt

Org.: Câmara Municipal de Évora

Nota: Consultar programa completo.

Teatro | 10 e 11 e de 14 a 18 de Março

“Falar Verdade a Mentir”

de Almeida Garrett

Duarte é um jovem peralvilho, mentiroso compulsivo, apaixonado de Amália e esta dele. Amália é filha do Sr. Brás Ferreira, um comerciante rico do Porto, que vem a Lisboa para casar a menina. Mas se Brás Ferreira apanhar o Duarte (mentiroso compulsivo) numa mentira,

lá se vai o casamento de Amália com Duarte.

Joaquina, criada de Amália, esperta e ladina, pretende casar com José Félix, ladino e imaginativo, criado do General Lemos. Juntos tratarão de tornar verdade, perante Brás Ferreira, as mentiras que Duarte inventa.

Nesta comédia em acto único de dezassete cenas, Almeida Garrett põe a ridículo a sociedade burguesa no Portugal do século XIX.



Encenação: Victor Zambujo

Cenografia e Figurinos: Leonor Serpa Branco

Interpretação: Álvaro Corte Real, Ana Meira, Jorge Baião, José Russo, Maria Marrafa e Rui Nuno

Local: Teatro Garcia de Resende (Pç. Joaquim Ant.º d'Aguiar)

Horário: 10:30 e 15:00 - Sessões exclusivas para o público escolar

Info: 266 703 112

Email: cendrev@mail.evora.net

Site: www.cendrev.com

Produção: CENDREV-Centro Dramático de Évora (estrutura financiada pelo M|C-Direcção-Geral das Artes)

Apoio: Câmara Municipal de Évora

Exposição | até 28 de Março

Inspirações: “Um Olhar Sobre o Património”

Exposição colectiva de artes plásticas idealizada por Daniela Bravo, aluna do curso de Organização de Eventos da EPRAL (Escola Profissional da Região do Alentejo), que realiza esta mostra no âmbito da sua prova de aptidão profissional.

Nesta exposição estão patentes trabalhos de vários artistas plásticos, mais concretamente: Cristina Viana, Volker Schonwart, Peter Jones, Elisabete Barradas, Marcelino Bravo, Pedro Calhau, Sílvia Lopes e Vanda Sim-Sim. Também são apresentados alguns trabalhos da colecção do 11º Encontro Internacional de Arte Jovem, que é organizado todos os anos pela Associação Teoartis.

Este ano Évora assinala o 25º aniversário da sua classificação como Cidade Património

Mundial da UNESCO, e este foi o pretexto para Daniela Bravo organizar uma exposição que pudesse comemorar esta nobre distinção da cidade através de uma mostra de artes plásticas.

Évora tem servido de inspiração para muitos artistas plásticos ao longo dos tempos e esta exposição vai ter a particularidade de revelar junto de cada obra os motivos que serviram de inspiração os artistas para a sua concretização.

Local: Palácio de D. Manuel (Jardim Público)

Horário: Segunda a Sexta | 10:00-12:00 | 13:00-17:00

Sábado: 13:00-17:00 (encerra ao domingo)

Info: 266 777 100

Site: www.cm-evora.pt

Produção: Daniela Bravo

Org.: Câmara Municipal de Évora



14 a 18 de Março e 3 a 6 de Maio

Comemorações Dia do Pai e Dia da Mãe



A Câmara Municipal de Évora assinala este ano o Dia do Pai e o Dia da Mãe convidando os pais para almoçar com o(a) seu/sua educando(a) no refeitório da sua escola/jardim-de-infância.

Para que o funcionamento do refeitório decorra de forma adequada, foi definido pelas entidades gestoras dos refeitórios num número limite de inscrições, pelo que os pais interessados em participar deverão fazer chegar essa informação ao docente do aluno e proceder à marcação do dia, dentro do período em que decorre o projecto.

Esta iniciativa surge em consonância com a linha orientadora Câmara em matéria de promoção para a alimentação equilibrada e de estilos de vida saudáveis, desenvolvida no âmbito do PESA-Projecto Educativo de Saúde Alimentar.

Local: Escolas/Jardins-de-infância aderentes

Info: 266777100 (ext. 2322)

Email: ana.abrantes@cm-evora.pt

Org.: Câmara Municipal de Évora - Divisão de Gestão e Equipamentos de Acção Educativa

Música | 24 de Março

“U Know Who I Am” David Fonseca a Solo



Inspirado pela canção “U Know Who I Am”, do seu mais recente trabalho “Between Waves”, David Fonseca concebeu um espectáculo de características únicas em que, tal como o subtítulo indica, estará em palco apenas acompanhado dos seus instrumentos e de uma máquina fotográfica. Uma oportunidade única que por certo irá despertar a curiosidade de todos. Aliás, a surpresa vai ser um elemento presente nestas apresentações a solo: o recurso a instrumentos que não estamos habituados a ver em David, canções mais emblemáticas mas também

as menos tocadas, com temas seus e de outros, com conversa e com silêncios, acústico e eléctrico, com música e com imagens...

Local: Teatro Garcia de Resende (Pç. Joaquim Ant.º d’Aguiar)

Horário: 21:30

Info: 266 703 112

Org.: Vachier & Associados - Produção de Espectáculos, Lda

Apoio: Câmara Municipal de Évora | CENDREV

Preço: 15€

Ecologia | 26 de Março

Hora do Planeta “É hora de dar mais um hora ao Planeta”



A Câmara Municipal de Évora vai associar-se, este ano, à quinta edição da iniciativa “A Hora do Planeta”, cujo objectivo é chamar à atenção para as alterações climáticas, através de um gesto muito simples: desligar as luzes por uma hora, uma iniciativa que está a ser liderada junto das autarquias pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

No dia 26 de Março a Câmara Municipal de Évora adere a este movimento desligando as luzes de alguns edifícios e monumentos da cidade durante uma hora.

A Hora do Planeta começou em 2007 em Sidney, na Austrália, quando 2,2 milhões de pessoas e mais de 2.000 empresas apagaram as luzes por uma hora para firmarem uma posição contra as mudanças climáticas.

Local: Centro Histórico de Évora

Horário: 20:30 - 21:30

Site: www.wwf.pt

Org.: WWF | ANMP - Assoc. Nac. Municípios Portugueses

Apoio: Câmara Municipal de Évora

Música | 26 de Março

Expensive Soul & Jaguar Band



O espectáculo dos Expensive Soul & Jaguar Band é um dos pontos altos da programação do Mês da Juventude em Évora deste ano. O grupo vai apresentar o seu último álbum de inéditos, intitulado “Utopia”, na Arena d’Évora.

Os Expensive Soul expressam-se musicalmente através dos ritmos do “hip-hop”, do “reggae” e da “soul”. Nas pistas de dança, nas rádios, nas televisões, nos tops das

operadoras de telemóveis, a exultação musical do grupo de Leça sustenta letras reveladoras de uma madura consciência social, passando uma mensagem activista sem acinzentar a alegria festiva e o clima de diversão que caracteriza as suas canções.

Neste concerto não irão faltar alguns dos êxitos da banda, como “Quando Dizes Ho”, “Eu Não Sei”, “Brilho”, “13 Mulheres”, “1ª Fila” e o mais recente “O Amor é Mágico”.

Local: Arena d'Évora

Horário: 22:00

Info: 266 743 133

Email: palavraj@cm-evora.pt

Site: www.cm-evora.pt

Org.: Câmara Municipal de Évora

Preço: 5€

Música | 26 e 27 de Março

Ciclo de Concertos “A Quaresma na Escola de Música da Sé de Évora”



Este ciclo de concertos tem como objectivo divulgar o património musical da Escola de Música da Sé de Évora (sécs. XVI e XVII), que integra um grande número de composições para a Quaresma, elaboradas para as diversas cerimónias litúrgicas que naquela época ali tinham lugar.

Local: Convento dos Remédios (Av. S. Sebastião)

Horário: 18:00

Info: 266 746 750

Email: eboramusica@mail.evora.net

Site: www.eborae-musica.org

Org.: Associação Musical de Évora “Eborae Musica” | Conservatório Regional de Évora (estrutura financiada pelo M|C-Direcção-Geral das Artes)

Apoio: Câmara Municipal de Évora

Música | 8 de Abril

Fernando Tordo “Por Este Andar”

Fernando Tordo interpreta alguns novos temas do futuro álbum a lançar no final do ano, que se intitulará “Por este andar”. Deste álbum existe já à venda um CD com três canções: “Diz o Obama”, uma carta em forma de canção, de um avô para um neto, onde se vislumbra uma esperança de um futuro melhor; o “Caso Perdido”, em que uma mãe dá uma série de conselhos ao seu filho nestes tempos perturbados, e sobretudo, pede-lhe para “perder tudo menos as canções”; e “Amy (Winehouse)”, um tributo sentido à cantora e compositora.

Fernando Tordo canta também clássicos como “Adeus Tristeza”, “Cavalo à solta”, “Tourada”, “Se digo meu amor”, “Balada para os nossos filhos”, “Estrela da Tarde”, entre outras canções que fazem parte da história musical do nosso país.

É um encontro marcado pela relação de proximidade que o cantor estabelece com o seu público através do prazer que revela em cima do palco, fruto de 46 anos ininterruptos de total dedicação ao seu trabalho.



Local: Teatro Garcia de Resende (Pç. Joaquim Ant.º d'Aguiar)

Horário: 21:30

Info: 266 703 112

Email: tordo.producao@gmail.com

Site: www.fernandotordo.com

Org.: Stardust Produções

Apoio: Câmara Municipal de Évora

Preço: 15€

Exposição | até 12 de Junho

“Duchamp: A Arte de Negar a Arte”

Marcel Duchamp é considerado um dos impulsionadores do Dadaísmo, movimento iniciado em 1916 que defende a ruptura com as formas de arte tradicionais, a liberdade desenfreada do indivíduo, a espontaneidade e a imperfeição, dando lugar à antiarte. Uma corrente artística onde os objectos são retirados do seu contexto, assinados e considerados obras de arte.

Efémere, mas eficaz, a arte dadaísta preparou o terreno para movimentos vanguardistas tão importantes como o surrealismo e a arte pop.



A exposição “Duchamp: A Arte de Negar a Arte” é composta por cerca de 60 obras entre litografias, objectos, aguafortes e ready-mades, onde poderão ser apreciadas algumas das mais famosas peças do artista como é o caso do Urino!, a Porta ou a Forquilha.

Comissário: Stefano Cecchetto

Local: Fórum Eugénio de Almeida (R. Vasco da Gama, 13)

Horário: 9:30-19:00

Info: 266 748 350

Email: servicoeducativo@fea.pt

Site: www.fundacaoeugeniodealmeida.pt

Org.: Fundação Eugénio de Almeida

Preço: 1 €

Nota: Para visitas guiadas, escolas e famílias, consultar a entidade organizadora.

Formação | Janeiro a Dezembro

Todos p`ro Nabo e Nabo p`ra Todos

Projectos educativos da Casa da Balança



A Unidade Museológica Casa da Balança, instalada no Largo do Chão das Covas, 15, continua este ano o projecto “Contos d`Oficina 2010-2011”, que apresenta nos Jardins-de-infância o conto “Todos p`ro e Nabo e Nabo p`ra Todos”, dirigido para crianças entre os 3 e os 4 anos. Este projecto tem como objectivo trabalhar grandezas do domínio da Metrologia e divulgar a Casa da Balança.

Local: Jardins-de-infância

Info: 266 777100 (marcações)

Email: casadabalanca@mail.evora.net

Org.: Câmara Municipal de Évora - Unidade Museológica Casa da Balança

Formação | até 28 de Junho

“Vem conhecer a Câmara”

O Núcleo de Documentação da Câmara Municipal de Évora, que é uma biblioteca especializada em história e património locais, apresenta no ano lectivo 2010/2011 o projecto “Vem conhecer a Câmara”, dedicado ao conhecimento do edifício dos Paços do Concelho. Esta actividade é destinada a alunos de 1.º e 2.º ciclos e do ensino secundário e desdobra-se em duas vertente. A

primeira é uma visita guiada ao edifício dos Paços do Concelho, na Praça de Sertório, que tem por objectivo mostrar as várias fases construtivas do edifício - no período romano, as termas; no século XVI, o Palácio dos Condes de Sortelha; e nos finais do século XIX e princípios do século XX, a Câmara Municipal. A segunda vertente corresponde à apresentação da instituição, em que é explicado, de forma breve aos alunos, o que é uma câmara, para que serve, quem são os seus eleitos, entre outros aspectos da

organização municipal.

Local: Edifício dos Paços do Concelho (Praça de Sertório)

Horário: às Terças-feiras (mediante marcação)

Info: 266 777 000

Email: nucleodedocumentacao@cm-evora.pt

Site: www.cm-evora.pt/nucleodedocumentacao

Org.: Câmara Municipal de Évora

Exposição | Permanente

Unidade Museológica CEA

Antiga Central Elevatória de Água

Actividades:

Água Contada

Projecto com actividades gratuitas que convida grupos de crianças a conhecer a Unidade Museológica CEA e o património hidráulico eborense, tendo também como



resultado a aprendizagem da importância da água.

Local: Unidade Museológica CEA

Público-alvo: Ensino pré-escolar e 1.º ciclo de ensino básico

Oficina de Animação da Palavra

História “Gota Gotinha” e realização de cartazes

Local: Jardins-de-infância e Escolas do 1.º ciclo de ensino básico

Calendário: Todos os dias da semana

Visitas-jogo:

-Visita à Unidade Museológica CEA e à Exposição Água Contada (oferta de ficha pedagógica)

Local: Unidade Museológica CEA

Calendário: Terças-feiras e Quintas-feiras

-Peddy-Paper

Local: Unidade Museológica CEA e Centro Histórico

Calendário: Terças-feiras e Quintas-feiras

- Jogo da Manta da Água

Local: Unidade Museológica CEA

Calendário: Terças-feiras e Quintas-feiras

Oficina de Leitura e Actividades:

- Caderno Água Contada

Local: Jardins-de-infância e Escolas do 1.º ciclo de ensino básico

Calendário: Todos os dias da semana

Central Elevatória de Água – Itinerário Expositivo

Percurso a pé, guiado por um historiador, que apresenta o percurso da água desde a Rua do Cano (Aqueduto), passando pela CEA, até à Travessa das Casas Pintadas, onde está o Reservatório Elevatório de Água.

Público-alvo: Todos os grupos de ensino e público em geral

Partida: Largo do Chão das Covas ou na Rua do Menino Jesus (CEA)

Calendário: Quintas-feiras

Local: Rua do Menino Jesus

Horário: Seg. a Sex.: 9:00-12:30 | 14:00-17:00 (encer-ra fins-de-semana e feriados)

Informações: 266 752 954

Email: cmevora.crebola@mail.evora.net

Site: www.cm-evora.pt/piphe

Org.: Câmara Municipal de Évora

Entrada livre

Évora no mundo nocturno de António Gancho



«Elisa não podia casar. As dioptrias de Elisa eram muito grandes. Na vista esquerda tinha 16 dioptrias e na direita 13. Tinha miopia e astigmatismo. Era míope. Mas esbelta, gorda, no entanto engraçada.

Luís é que a pretendeu, andou atrás dela e casou com ela. Mas toda a gente dizia que Elisa não podia casar, era muito míope. Só Luís conhecia os seus sentimentos, a sua esbelteza em mulher gorda e forte, a levou para a cama e casou com ela. Luís dizia enquanto namoraram - «Eu quero-te Elisa, porque te amo muito.» Elisa aceitava e respondia, - «Luís, mas sou muito míope.» (...) Era em Évora que se passava a acção, era em Évora que isto se dava».

Assim começa a novela “As Dioptrias de Elisa”, da autoria de António Luís Valente Gancho, nado nesta terra em 1940, e que desde cedo começou a fazer-se notar como poeta de rara imaginação e talento. Tinha 17 anos quando publicou o seu primeiro poema nas páginas do jornal mensal de artes e letras local, “dom Quixote”, propriedade de Manuel Madeira Piçarra. A composição tinha por título «Na África há-de ficar minha alma...» e deixava adivinhar já a soturnidade que o dominava e marcaria toda a sua existência: «(...) Na África há-de ficar minha alma/Uivando porque será uma hiena/Que romperá/as noites luarentas de todo o pesado Continente» ou mais adiante: «(...) E meus olhos/Existirão dependurados da noite/Por todas as árvores/ Sendo o mistério da selva/E o mistério da noite/-Da noite inundados/Pelo longínquo vento dos/Chacais».

Pouco depois abala para Lisboa, onde começa a frequentar o célebre Café Gelo, situado num cotovelo da Praça do Rossio e conhecido como tertúlia oficiosa do

Movimento Surrealista. Ali se encontravam regularmente Mário Cesariny, Pedro Oom, António José Forte, Herberto Helder e Luís Pacheco, entre outros. Este último definirá, na sua obra “Textos de Guerrilha”, editada em 1979, o grupo como heterogéneo, de afinidades electivas, estético-políticas e no qual se mesclava «um cheirinho de homossexualismo, um grãozinho de génio nalguns, inconformidade geral, anarquia nos espíritos e nos propósitos de quase todos».

Por esse tempo já António Gancho dava sinais de episódicos transtornos mentais. À passagem dos 20 anos tentou suicidar-se, pelo que o pai o internou no Hospital Júlio de Matos. Saiu alguns meses depois, mas as alucinações e as crises de desdramamento de personalidade (dizia ser Luís de Camões, Bocage, Pessoa, Kafka e todos os artistas da palavra que admirava) acentuaram-se progressivamente. Passou por outros hospitais psiquiátricos até que, em 1967, foi internado definitivamente na Casa de Saúde do Telhal.

Nos momentos de lucidez entregava-se à poesia, paixão e necessidade de sempre. A mãe, Herberto Helder e o pintor Álvaro Lapa, seu conterrâneo e amigo desde os verdes anos da infância e da adolescência, eram praticamente as suas únicas visitas. Em 1993, quando organizava o seu livro «Edoi Lelia Doura - Antologia das Vozes Comunicantes da Poesia Moderna Portuguesa», Herberto Helder pe-

diu a Gancho alguns dos seus poemas, para apreciação e possível inclusão no mesmo. Este entregou-lhe trinta e seis, dos quais Herberto seleccionou onze. Quando a Antologia foi dada à estampa, sob a chancela da Assírio & Alvim, a crítica saudou o aparecimento do novo autor, que no Telhal era apelidado de «Poeta Louco».

O dono da editora, Manuel Rosa, propõe-lhe então publicar toda a sua obra, que aparece em 1995 nos escaparates com o título genérico de “O Ar da Manhã”, o qual, segundo o próprio autor, agrupa quatro livros num único volume: “O Ar da Manhã”, “Gaio do Espírito”, “Poesia Prometida” e “Poemas Digitais”. Em rigor, trata-se de uma colectânea de toda a sua poesia, desde os anos 60 até aos 80. Em resposta a um pedido de Manuel Rosado, que lhe pede uma definição curta sobre Gancho, Herberto Helder classifica-o de «poeta nocturno». E, na verdade, fazem sucesso poemas como aquele que abre desta forma: «Noite, vem sobre mim sobre nós/ dá repouso absoluto de tudo/traz peixes e abismos para nos abismarmos/traz o sono traz a morte...» ou outro em que considera que «A poesia ouve-se na noite rumbosa onde sonham/ pássaros azuis e se ouve sempre útil e maliciosa/a voz negra e fundamental do galo», lembrando também em nova passagem a «Noite luarenta/noite de mistério/noite tão sangrenta/solidão cemitério/ Na chaminé da planície/o Alentejo a solidar(...)».

Em epígrafe deixara escrito, ao jeito de sentido apelo à vida: «donne moi ma chance», por acaso - ou não -, o título de uma canção francesa na voz de Richard Anthony que fez furor nos anos 60. «Esta sólida revelação da poesia», como alguém na altura o apelidou, tinha já 45 anos. Portador de um discurso inovador, serviu-se das cantigas de escárnio para colocar em xeque os peralvilhos da palavra e os falsos entendidos da crítica. Assim os vergastou lapidariamente, seguindo de perto o modelo trovadoresco, num poema a que deu o título de “HOW RIDICULOUS THEY ARE” e é do seguinte teor: «Os intelectuais soen muy zurrar/Na literatura na poesia no café/Ai how they are/É verdade ou não, Lord Byron, é ou não é?/Nas pastelarias nas igrejas no café/Ai sobretudo no café/ É verdade ou não é, Lord Byron, é verdade ou não é?/ Ai how ridiculous they are/Zurrar o saben no da fror/Tempo em que as burras muito hão-de ganhar/ Como é de D. Dinis (com modificações) o teor.».

No ano seguinte (1996) Gancho confessou ao seu amigo Álvaro Lapa que tinha uma novela que gostava de ver publicada e tinha sido escrita em 1990 tendo Évora, terra de ambos, como cenário. Este falou no assunto a Manuel Rosa, que logo se ofereceu para a editar. Tratava-se de “As Dioptrias de Elisa”. A apresentação e o desenho de capa couberam a Álvaro Lapa. Em tom coloquial e linguagem despojada, repetindo palavras e frases, hesitações e alvoroços, Gancho conta-nos a história da vesga Elisa, uma bela mulher que nunca se viu como tal, porque as dioptrias lhe distorciam a realidade.

Encarcerada nesta realidade, casara e tinha dois filhos. Mas não gostava de sair à noite, «sobretudo não via bem no meio da rua com as luzes, as luzes não chegavam». Nessas ocasiões, o filho Carlos conduzia-a pela mão, outras vezes era a filha e até o próprio marido. Mas esta existência sem horizontes de Elisa foi quebrada aos 40 anos quando percebeu que um belo jovem de 26 a desejava intensamente. A acção desenrola-se por 61 páginas e tem por cenário as deambulações locais e ruas da sua cidade: Jardim Público, Rua da Oliveira, Rua Mestre Lourenço, Praça de Giraldo, Rua do Calvário, Mercado Municipal e outros. Com a cumplicidade de um velho que sorratamente descobrira a paixão devoradora que os abrasava, ambos viriam a amar-se intensamente durante dois dias e duas noites, aproveitando uma deslocação do marido e dos filhos a Mora para ver uns parentes dele. Depois... a vida prosseguiu. Esta sensualíssima novela, de contornos bem definidos no universo nocturno e solitário de Gancho, foi adaptada ao cinema numa curta metragem de 22 minutos co-produzida pela Filmes da Rua e RTP 2 em 2002, com realização de António Escudeiro e Sofia Sá da Bandeira no papel de Elisa.

Por esse tempo já o dito poeta maldito se afundara num quadro de irreversível desagregação mental. Veio a falecer a 2 de Janeiro de 2006, há exactamente 5 anos, no dia em que completava 39 anos de internamento na Casa de Saúde do Telhal, em Sintra. Neste hospício escreveu toda a sua obra, com Évora na memória. Disseram uns que morreu a rir, outros que foi vítima de ataque cardíaco. O grande amigo Álvaro Lapa, que era da mesma idade e morreria um mês e nove dias depois - ou seja, a 11 de Fevereiro -, declarou, na circunstância, ao “Diário de Notícias” que António Gancho «era um homem de uma grande sensibilidade poética, mal tratado pela sociedade. Foi mais um caso de abuso psiquiátrico, de miséria nacional e institucional».



Escola Secundária Gabriel Pereira

arquitectura escolar de excepção

Há acontecimentos de relevância para o prestígio da cidade e das suas instituições a que muitas vezes não é dado o devido destaque. E, se a eles se alude é, lamentavelmente, de uma forma fugaz e pouco intensa. Neste rol de ocorrências está a escolha da Escola Secundária Gabriel Pereira pela CELE (Conter Effective Learning Enviroments) da OCDE para figurar entre as 60 finalistas de um projecto de mérito na área da arquitectura escolar, tendente a apurar as seis melhores, que por seu turno virão a integrar em lugar de honra o 4º. Compêndio de Instalações Educacionais Exemplares, a editar no decurso deste ano.

A iniciativa, aberta a todo o mundo como habitual-

mente, registou 166 inscrições de 33 países. Na passada Primavera, um júri internacional reunido em Paris avaliou e discutiu, de forma meticulosa e pormenorizada, a totalidade dos projectos arquitectónicos que lhe foram remetidos. Neste contexto, a análise conferia particular atenção aos ambientes de aprendizagem que demonstrassem a inovação em design e a aptidão para a sustentabilidade, finalidade e segurança.

Em Novembro, concluída a filtragem de todos os projectos, o júri recomendou à organização que, por se tratar de instalações bem-sucedidas, seis dezenas de estabelecimentos de ensino de 28 países deviam ser incluídas para publicação. Entre elas encontrava-se a “Gabriel Pereira High Schooll, Évora”. Se bem que não seja de aguardar que a escola eborense venha a ficar nas 6 de elite, dado que o júri já deixou sugestões nesse sentido, é altamente significativa e encomiástica a sua integração entre as melhores do mundo.

Que se está também perante um projecto arquitectónico de altíssima qualidade reconheceu-o igualmente a Cerâmica do Vale da Gândara (Viseu), entidade de referência na Arquitectura e no mercado nacional da construção civil, ao atribuir ao Arquitecto João Lúcio Lopes, autor do referido projecto, o Prémio de Arquitectura em Tijolo de Face à Vista, Categoria Absoluta, já em 4ª edição e que tem o apoio da Ordem dos Arquitectos. O colectivo dos jurados decidiu eleger a obra (a melhor a nível nacional) por entender que a aplicação do tijolo de face à vista constituiu uma abordagem enriquecedora em linguagem contemporânea, dado «que a obra revela não só o domínio da gramática construtiva do material, mas também tira partido das suas capacidades expressivas conjugadas com outros materiais, cores e texturas».

A intervenção na Escola Secundária Gabriel Pereira teve lugar no âmbito do Programa de Modernização do Ensino Secundário apresentado em 2007 pelo Ministé-





rio de Maria de Lurdes Rodrigues, que visava a adopção de medidas e acções destinadas a inverter o progressivo estado de degradação e desactualização dos estabelecimentos vocacionados para este tipo de ensino. A requalificação abrangeu 26 escolas e a sua concretização foi entregue à Parque Escolar, empresa pública responsável pelo respectivo controlo de custos e com a qual o Governo estabeleceu um contrato-programa.

A sua integração no respectivo programa resultou de uma auditoria externa realizada à Escola a 19 e 20 de Novembro de 2007. O relatório apresentado identificou-a como um espaço escolar, datado de 1970, com seis pavilhões dispersos e situado numa área com alguma variedade de árvores e zonas ajardinadas. As actividades lectivas ocupavam três pavilhões/blocos, havendo ainda oficinas de Arte, Electrotecnia e Mecânica, uma sala polivalente e um pavilhão desportivo. Todos estes espaços foram dados como necessitando de obras de restauro e climatização. Em consequência o edifício transitou para a “Parque Escolar, SA”, para que esta intervisse em conformidade.

A preocupação imediata da “Parque Escolar” consistiu no trabalho de melhoria das condições de uso, de gestão e de manutenção do local, enquanto gizava a reorganização do seu espaço total, o que levou à construção de três novos blocos interligados com os existentes. Assim, foi criado um corpo central, disposto ao longo da principal frontaria da escola e articulado à antiga sala polivalente, que originou um tipo pátio-praça onde vieram a ser instalados todos os serviços da escola, desde os administrativos à biblioteca, passando pelo refeitório-bar, até ao espaço museológico e a um pequeno auditório complementar. Um corpo de auxílio à educação física, devidamente equipado para a prática da esgrima, e outro vocacionado para alojar a portaria e zona da

recepção completaram o leque das instalações adicionadas.

Também no exterior houve novidades. De ambos os lados do polidesportivo, que recebeu alguns melhoramentos, foram colocadas duas pistas de atletismo em pó de tijolo. Nestes espaços, que passaram a incluir uma zona coberta sob o corpo central, foram redefinidas as condições de acessibilidade, a extensão da área permeável e arborizada de modo a permitir a racionalização do estacionamento. No domínio ambiental foi ainda possível instalar um sistema geral de ventilação através de condutas enterradas, recorrendo a um sistema geotérmico que permite o controlo das temperaturas com consumos mínimos de energia.

Daí que quem tenha frequentado o edifício até há pouco tempo hoje quase não o reconheça. Por outro lado, a atribuição do selo de alta qualidade arquitectónica da OCDE à Escola Secundária Gabriel Pereira confere o reconhecimento de que os melhores projectistas nacionais se deixam possuir pelo encanto do património arquitectónico citadino e optam pela requalificação dos seus edifícios sob linhas modernistas, como aconteceu noutros casos, sem no entanto lhe abastardarem o sentido original ou entrarem em colisão com o espaço envolvente.

No seu aspecto final a obra honra sobremaneira a memória do patrono da Escola, Gabriel Pereira, ilustre eborense nascido em 1847 que foi historiador, arqueólogo e bibliófilo de excepção.

Casa Bacharel / Drogaria Azul

114 anos de existência



A “Casa Bacharel”, também conhecida por “Drogaria Azul” e sediada na Rua Elias Garcia nos n.ºs. 11,12 e 13, rivaliza com a Papelaria Nazareth na compita pelo estatuto de mais antiga loja da cidade. Nenhuma delas começou com a denominação actual e, se é possível precisar a data do início do funcionamento da drogaria, o mesmo não acontece com a papelaria, que teve por primeiro proprietário o comerciante Eduardo de Souza e abriu portas por volta da mesma altura, mas em ano e data desconhecidos. Mas que ambas são os estabelecimentos comerciais mais antigos de Évora, disso não sobejam dúvidas.

Posto este intróito, é tempo de nos reportarmos à história da loja, que iniciou a sua actividade em 1896 sob a designação de Casa Bacharel & C^a, sociedade por quotas, com o capital inicial de 8 contos de réis, sendo sócios os Senhores Bacharel e Cutileiro, este em posição minoritária. Em 1904, porém, já Cutileiro tinha deixado a sociedade e a firma passado à designação única de Casa Bacharel. Pelo menos disso nos dá conta a publicidade que Bacharel fazia inserir regularmente no jornal “A Voz Pública”, primeiro órgão oficioso e, depois, oficial do Partido Republicano em Évora. Nesses anúncios

proclamava a Casa Bacharel ser a grande referência local em termos do comércio misto de ferragens, drogas, tintas, produtos químicos e farmacêuticos, óculos, binóculos, artigos eléctricos e fotográficos e uma quantidade inesgotável de instrumentos para o lar.

Com efeito, a localização do estabelecimento em plena Praça Luís de Camões, zona nevrálgica do comércio local desse tempo, a filiação republicana do proprietário e a qualidade da mercadoria em oferta fizeram da Casa Bacharel um estabelecimento de grande procura. Quando Bacharel se retirou a loja passou para as mãos de Jaime Teodorico da Silva Alberto, o seu único empregado desde início, que em 1938 a trespassou a António Peixoto da Silva. Pouco hábil para a função, este não soube lidar com as dificuldades advenientes da II Guerra Mundial e deixou que a loja entrasse em declínio. Por esse tempo já passara a ser mais conhecida por “Drogaria Azul”, atendendo ao facto de ser essa a sua cor nas ombreiras, nas portas, paredes exteriores e rodapés.

Dez anos mais tarde, em 1948, trespassa-a a José Cid da Silva, um comerciante do ramo, natural de Alvito e que na freguesia de Vila Alva, logo após a conclusão da escola primária, se empregara numa drogaria, prosse-



guindo a sua carreira em Alverca. A vida levou-o posteriormente até Angola, de onde veio regressar a Vila Alva, ao que constou na altura por inadaptação ao clima. Pessoa muito dinâmica e profundamente conhecedora do ofício, Cid da Silva mudou a residência para Évora, dedicou-se de alma e coração ao negócio e, passados quatro anos, tinha revitalizado a drogaria, recuperado antigos clientes, conquistado novos e pusera o estabelecimento a dar lucros.

Mercê da sua afabilidade, simpatia e permanente disponibilidade, Cid da Silva tornou-se uma pessoa benquista na cidade. Para não ser prejudicado, nunca tomou posições políticas públicas, embora os amigos mais chegados soubessem da sua aversão ao salazarismo e à guerra colonial. Agiu neste campo sempre de forma discreta, por não querer comprometer o futuro da loja e o dos filhos. Em 1984 entendeu que chegara a hora de gozar a sua reforma. Também ele optou por fazer o trespasse da drogaria a um seu empregado, Leonardo da Silva, o qual lhe pagou uma verba à volta dos 1200 contos.

Leonardo da Silva começou a trabalhar na Drogaria Azul a 1 de Setembro de 1956, depois de ter andado a guardar gado antes e depois de fazer a 4.ª classe. Era o filho mais velho de um trabalhador rural. Seu pai soube por um amigo que Cid da Silva procurava um empregado e foi lá conversar com ele, acabando o rapaz por ficar com o lugar. Mas em 1966 veio a incorporação no serviço militar, a ida para as colónias e só em 1969 o regresso.

Convicto de que em Lisboa outras perspectivas mais risonhas e atraentes se lhe abririam, decidiu ficar pela capital, encontrando trabalho numa firma que era fornecedora da drogaria eborense. No ano seguinte Cid da Silva acenou-lhe com a hipótese do regresso, oferecendo-lhe três contos e quinhentos por mês. O facto de a namorada de então e actual mulher ser de Évora decidiu-o a regressar, assentando aqui arraiais. Catorze anos depois, tomava de trespasse – como já se disse – a loja ao seu patrão.

O seu desejo foi manter a loja tal como a recebera, tradicional e com muita clientela. Em 1990 a Câmara emitiu uma postura na qual avisava que as lojas, nas suas portas e rodapés, só poderiam estar pintadas de amarelo torrado ou de cinzento. Leonardo da Silva solicitou à edilidade autorização para continuar de azul, dada que essa era a sua tonalidade emblemática e servia de referência a toda a população. O município deferiu o pedido, atendendo à longevidade.

De resto a Casa Bacharel/Drogaria Azul continua a vender praticamente o mesmo que antes, apenas com ligeiras alterações, ditadas pela evolução dos tempos. E o maior anseio de Leonardo da Silva é, agora, que o tempo começa a deixar visíveis os sinais da sua passagem, que os filhos prossigam o negócio.

Mont'Sobro

a inovação em objectos de cortiça

Na Rua 5 de Outubro, antiga Rua da Selaria, que liga a Praça de Giraldo à velha Acrópole eborense, fica a Mont'Sobro, uma loja onde a tradição se conjuga com a originalidade na exploração de todas as potencialidades da cortiça, grande riqueza da terra alentejana. Quem palmilha esta artéria - símbolo e montra do melhor artesanato local - decerto fica surpreendido com o design, a elegância e a imaginação que ressaltam de objectos tão funcionais e atraentes como os ali expostos. Mais caros que os de outros materiais, chapéus, guarda-chuvas, co-



lares, malas, cintos, gravatas e bijuteria variada despertam a atenção e cobiça de quem possui gosto requintado e bolsa bem recheada. Um verdadeiro espectáculo na arte de manipular a cortiça.

A nova loja pertence a José Marques Azeda, 71 anos, natural da freguesia de Torrão, do concelho de Alcácer do Sal. Homem cujo percurso de vida esteve sempre ligado à lavoura, era em 1974 rendeiro de três herdades (cerca de mil hectares), nas cercanias de Vendas Novas, todas elas propriedade da Casa de Bragança. As vicissitudes do processo revolucionário levaram-no a procurar um outro modo de vida, ainda que ligado ao mundo rural.

Foi assim que decidiu estabelecer-se com uma loja de artigos de artesanato e brique-à-braque na rua da Selaria, quando esta começava a despertar para o grande turismo. Na Rua de Diogo Cão, uma transversal, montou pouco depois a “Arte Equestre”, casa suficientemente espaçosa para a apresentação de uma vasta gama de produtos relacionados com a equitação, a caça e o toureio: selas e selins, arreios e outros artigos de apoio às respectivas actividades. A que veio a acrescentar mais tarde outros produtos regionais como louças, cobres e

estanhos, as peles e, claro está, os tradicionais capotes alentejanos.

Praticamente deixou a lavoura, embora possua uma pequena quinta nos arredores da cidade que continua a cultivar, e enveredou a tempo inteiro pela profissão de comerciante, dentro dos parâmetros já enunciados. «À beira dos 70 anos tive, talvez por intuição, a melhor ideia da minha vida ao pensar abrir uma loja na rua da Selaria só vocacionada para objectos de cortiça. Os meus amigos e a família tentaram dissuadir-me deste propósito mas não lhes dei ouvidos e envolvi-me a fundo neste aliciante projecto de cariz ecológico», contou entusiasmado José Azeda.

«Só quem não conhece a fundo a maleabilidade da cortiça, na verdade quase impensável em termos de matéria bruta, poderá duvidar da sua aptidão para se transformar, depois de transformada em pele, naquilo que se quiser», acrescenta o comerciante. Assim se fazem também peças de vestuário que se moldam perfeita e suavemente ao corpo. Por outro lado, a impermeabilidade da cortiça confere a qualquer peça extrema durabilidade, pelo que basta um pano humedecido em água tépida e sabão azul e branco no local afectado para que a sua limpeza e conservação se processe em excelentes condições.

Azeda contactou então com um amigo da vila de Terugem, próxima de Elvas, especialista no tratamento de pele de cortiça, para o interessar na produção de peças sofisticadas e elegantes, assentes em novos e atraentes modelos. Obtida a sua anuência, lançou-se no negócio e criou a empresa Mont'Sobro - Objectos de Matéria Viva, na dita Rua da Selaria. «O sucesso foi imediato» - enfatizou entusiasmado. Noventa por cento dos seus clientes são estrangeiros, avultando entre eles os japoneses, os russos, os italianos e os brasileiros. «Têm grande poder de compra e isso é o que mais interessa neste comércio».

E se as mulheres preferem a bijuteria, as malas, os sacos, as pulseiras e os artigos de vestuário, os homens centram a sua atenção nos chapéus normais (30 €), à Indiana Jones (59 €) e nos chapéus de chuva (69 €). Ultimamente, Azeda mandou fazer um capote alentejano em pele de cortiça, para uso próprio, mas o êxito foi tão grande que está a pensar em criar uma linha especial de comercialização deste tão tradicional produto alentejano.

Na verdade, a criação inovadora de objectos de decoração e de moda, a partir do aproveitamento da cortiça, vem revelando um dinamismo muito interessante nas áreas dos montados suberícolas. E em Évora a Mont'Sobro não descarta esta fileira comercial, contribuindo para o desenvolvimento da economia regional.

a arte de encadernar no Atelier Barahona

Por vezes, em lugares inesperados do Centro Histórico, vão abrindo novos espaços comerciais que, contribuindo para a reabilitação da zona onde se inserem, oferecem, de forma singular e original, serviços de que Évora carece, na sua condição de cidade de cultura. É o que acontece com o “Atelier Barahona”, cuja loja se encontra num prédio de dimensões muito acanhadas na rua do Salvador n.º 13, à Porta Nova, em direcção à Praça Luís de Camões, junto ao último pilar visível do arco do Aqueduto, e que se dedica prioritariamente ao encadernamento, douramento e restauro de livros.

O ancestral cubículo pertenceu durante muitas décadas à família Campos Mello, que ali manteve um pequeno comércio de flores e de aves domésticas, para as quais dispunha de produtos alimentares específicos. Mais recentemente foi trespassado a outro negociante, que o escavou no seu interior para o adaptar a outra função. Mas ao encontrar ali restos da antiga defesa cidadina e uma parede adjacente ao último pilar do aqueduto, parou as obras, deixou-as escoradas e não mais pensou em utilizá-lo para futuro empreendimento. E aliená-lo não parecia também tarefa fácil, dada a exiguidade do espaço e o fosso que ali fora cavado e não tapado.

Mas a localização era aliciante e o casal Alexandre e Sandrine Barahona decidiram ocupá-lo como pequeno estabelecimento de promoção, mostra e venda dos trabalhos produzidos na oficina, situada noutra zona, assim como para recepção de clientes e contactos com gente interessada nos serviços oferecidos. Recuperado o edifício e eliminado o fosso, através da construção de um forte separador de vidro apoiado em suportes de aço, a loja foi inaugurada a 27 de Novembro de 2009, data do aniversário de Sandrine.

Alexandre, pertencente a uma das mais tradicionais famílias eborenses (é neto de Manuel Estanislau Barahona, durante muitas décadas provedor da Santa Casa da Misericórdia de Évora) e Sandrine eram jornalistas em França quando se conheceram. Era ela, porém, a apaixonada pela encadernação, arte maior no seu país a partir do séc. XVI, como resultante do incentivo às artes e ao livro, em fase de crescente procura e difusão. Em Paris e em Barcelona fez Sandrine as suas aprendizagens em encadernação e douração, obtendo o reconhecimento profissional por intermédio da Real Associação de Encadernação de Espanha.

Depois de casados vieram viver para Évora. «Mas aqui é muito difícil viver ou mesmo sobreviver como jornalista» - explicou Alexandre, que entretanto se tornou empresário com interesses espalhados pelo turismo, pela restauração e pela agricultura, para além de prestar apoio à actividade da mulher, que enveredou pelo exercício das suas aptidões e conhecimentos adquiridos, depois de ter comprado todo o equipamento pertencente ao Mestre José Brito, com oficina na Praça de Giraldo desde 1955, tido no final do século como o último encadernador-dourador português em actividade e tragicamente desaparecido poucos anos depois na sequência de um acidente de viação.

De José Brito ficou, pois, Sandrine Barahona com os materiais de trabalho e o mister levado a cabo em sóbria oficina. Aí se dedicou à encadernação e douramento de livros utilizando métodos tradicio-

nais, fazendo desde a encadernação clássica à decoração contemporânea, e da encadernação medieval à copta e japonesa. A qualidade do seu labor depressa galgou os limites da região, passando a ter clientes nas zonas de Lisboa, do Porto, de Coimbra e de Aveiro. A criação de um laboratório especial para recuperação de livros fez avolumar a procura dos seus serviços. A Biblioteca Municipal de Elvas e a Biblioteca do Palácio de Vila Viçosa estão entre as instituições que os demandam. Muitos são os bibliófilos e os escritores que ali mandam recuperar os livros mais antigos.

Acresce que outras formas acabaram por surgir, quer por iniciativa própria, quer por alvitre de alguns clientes. Conquistou assim alforria a papelaria de luxo, com a execução artística de postais e ementas, com o fabrico



de agendas e álbuns de fotografias, assim como a original produção de caixas (pequenas arcas, baús, cofres e malas, tudo manufacturado) personalizadas e idealizadas por quem as encomenda. Faltava pois uma loja, colocada em local estratégico, onde tudo isto pudesse ser exposto para ganhar superior visibilidade e promoção. Foi desta forma que surgiu o “Atelier Barahona”.

Mas o que sobretudo há a realçar em tudo isto é que, ao ocupar o lugar deixado vazio pela morte de Mestre Brito, Sandrine Barahona não deixou morrer em Évora uma arte cultural única no país e uma profissão em vias de extinção. O “Atelier Barahona” é uma loja que honra a cidade.



passar à volta das muralhas

Évora foi sempre uma cidade monumental. Os habitantes, que na sua grande maioria permaneceram dentro das muralhas até meados dos anos 50, cuidavam dela com esmero e devoção. A cidade era o espaço intramuros. Mesmo quem vivia nos arrabaldes e nos bairros assim o reconhecia. Sempre que alguém precisava de se deslocar ao actual centro histórico dizia com alguma reverência: «vou à cidade» ou, mais prosaicamente, «vou lá acima», com isto querendo significar que tinha de ultrapassar as muralhas e ascender para se dirigir à Praça de Giraldo, ou mesmo ao topo da colina onde a Catedral se eleva de entre todos os edifícios.

Os eborenses sempre manifestaram imenso orgulho no património herdado de seus antepassados. E as altera-

ções e benefícios introduzidos naquela área visaram apenas recuperações ou demolições para a construção de novos prédios, adequados a novas funções mas que em nada desvirtuaram ou feriram o essencial das estruturas classificadas. Os governantes salazaristas ou marcelistas não ousaram tocar nas jóias arquitectónicas citadinas. Esteticamente a cidade distingui-se pelo casario branco decorado com janelas e varandas de ferro forjado, pelas suas ruas estreitas e travessas, pátios e largos, pelas artísticas fontes e chafarizes, que lhe dava uma harmonia e um equilíbrio arquitectónicos invulgares.

Foi neste contexto que se processou a sua candidatura, junto da UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization), a cidade Património Mundial. A organização depressa se apercebeu de que Évora tinha sabido, através dos tempos, preservar e catalogar locais de excepcional importância cultural, pelo que a 25 de Novembro de 1986 lhe atribuiu o almejado estatuto. Mas se no Centro Histórico tudo se apresentava de forma quase invejável, já extra-muros as coisas não se afiguravam de igual modo. Os acessos à cidade datavam do início do século, sendo demasiado antiquados para facilitar e canalizar o trânsito vindo de fora, nomeadamente o proveniente de Lisboa. Por outro lado os espaços exteriores contíguos às muralhas, para além de escuros à noite, serviam de parque de estacionamento

to e mictórios de ocasião, ficando à mercê da acção deteriorante dos escapes das viaturas e do efeito corrosivo dos ácidos urinários.

Em 1992 o executivo municipal, de maioria comunista, anunciou que tendo em vista o crescimento demográfico, turístico e universitário, iria remodelar os acessos à cidade, a começar pela construção de uma nova estrada, a rasgar a partir da Porta do Raimundo. Era o início da 1ª. fase do Programa Polis, que incluía igualmente o arranjo de todo o espaço adjacente às muralhas. Baptizada com o nome de Túlio Espanca, a nova via veio a estender-se por dois quilómetros, dispondo de quatro faixas de rodagem com um separador de 7 metros, que foi ajardinado e pontuado por palmeiras. A meio percurso foi erigido um moderno terminal rodoviário. Através do derrube de duas bombas gasolneiras, ali existentes, obteve-se o espaço necessário à construção de uma grande rotunda na Porta do Raimundo.

Mas o tempo de execução foi longo. Quando o PCP, no final de 1991, se viu derrotado pelo PS nas eleições locais, a ornamentação da zona da rotunda estava por fazer. Só em Outubro de 2003 o novo executivo anunciou finalmente o começo dos trabalhos. A 25 de Novembro de 2005 era finalmente inaugurado, ainda que de forma parcelar, o grande

tornando-o muito mais atraente e apelativo. Para este efeito foram preenchidas as normas constantes do mobiliário urbano adequado às exigências de um parque de lazer. O percurso pedonal foi acompanhado, em toda a sua extensão, de bancos de desenho simples, em madeira. Junto a estes colocaram-se oportunas papeleiras, gizadas com o objectivo de provocarem o menor incómodo visual.

Mas outros aspectos foram também acautelados. A vedação metálica foi prolongada, com o fito de resguardar a vegetação (sobreiros, oliveiras e medronheiros, entre a de grande porte, e a alfazema, o alecrim, a murta e o rosmaninho no grupo da de menor dimensão, sobrando ainda gramíneas várias a atapetar grande parte do percurso) e proporcionar a efectiva segurança das crianças sem afectar, contudo, a visibilidade dos que transitam de automóvel na estrada. O cheiro do mundo rural chegou à cidade já quase esquecida dos idos de outrora, quando as quintas se sucediam de imediato ao velho burgo.



projecto que integrava a criação de uma zona de lazer na zona contígua às muralhas, integrando um percurso pedonal. No centro da rotunda emergia uma moderna fonte cibernética, da autoria do arquitecto paisagista Caldeira Cabral, coordenador geral da intervenção no local, em vez da prometida réplica modernista do Arco do Triunfo quinhentista que outrora havia existido frente à Igreja de Santo Antão e cuja encomenda fora antecipadamente apalavrada com o escultor João Cutileiro. O artista aceitou, com a condição da obra não ficar no espaço central, para não tirar visibilidade nem desconcentrar os condutores. Assentou-se na sua transferência para uma zona lateral, tendo sido implantada nesse local em 2006.

Ainda em Maio desse ano deu-se início à 2ª. fase das obras, abrangendo agora o espaço entre a Porta de Alconchel e a Porta de Avis. Manteve-se a filosofia da primeira fase, de forma a que permanecessem a continuidade e a coerência paisagísticas. Assegurava-se o reforço da ligação da cidade e do exterior pela destruição do fosso urbanístico,

Também a iluminação nocturna das muralhas, mormente nos seus recantos mais escondidos, foi assegurada por holofotes de chão.

A 25 de Abril de 2007 inaugurava-se finalmente o segundo troço da requalificação urbana junto às muralhas. O embelezamento de toda a área abrangida pela intervenção recolheu os elogios gerais. Os eborenses e, posteriormente, os visitantes nacionais e estrangeiros, passaram a fruí-lo como espaço de ligação à cidade, enquanto provenientes da periferia. Mas não só: o andar a pé e o “jogging” ganharam adeptos, jovens e menos jovens aproveitaram-no para passear e namorar, outros para repousar e uns quantos para ler, enquanto, paradoxalmente, frenéticos automobilistas, as mais das vezes em velocidade excessiva, vão rolando pela Avenida.

E se a afluência durante o dia, no Outono e no Inverno, é razoável, cessando a partir das 20 horas, na Primavera e no Verão a sua procura cresce a partir exactamente dessa hora, alargando-se até por volta das 2 da madrugada. Depois do jantar é quase insuportável estar em casa. O calor acumulado durante dias e dias impele à circulação no exterior em busca duma brisa nocturna refrigeradora. Todo o espaço circular às muralhas se enche então de passeantes e turistas. Eis pois um percurso de notável encanto à descoberta de quem ainda o desconhece.

Lusitano Ginásio Clube

condecoração

por bons serviços (1933)

No ano que ora rompe o Lusitano Ginásio Clube vai cumprir um século de vida no meio do desencanto e quase indiferença da esmagadora maioria dos adeptos da colectividade, que a pouco e pouco se foram dissociando da sua existência e de quem a dirigia. Gestões polémicas, a que se juntou o desbarato do seu património, levaram ao descalabro da mais antiga e conhecida agremiação desportiva do Alentejo. Não se pense que a situação é virgem na história do clube, que entre 1934 e 1938 esteve à beira da extinção e não festejou as Bodas de Prata, apesar de ter sido galardoado com a Comenda da Ordem Militar de Cristo.

Fundado por um grupo de estudantes e marçanos a 11/11/1911, a colectividade começou por se chamar Lusitano Futebol Clube, dado ser o pontapé na bola que esteve na génese da sua constituição. Sob o lema “fazer forte fraca gente”, o clube consolidou estruturas a partir de finais de 1913 com a desagregação do Sport Vitória Académico, a primeira grande formação desportiva da cidade. Muitos elementos do Vitória passaram para o Lusitano, cujo equipamento era nessa altura composto por camisola violeta escuro, gola preta com cordões pretos, punhos pretos e calções brancos.

Em 1915 o número de sócios chegou a 48, incluindo já não jogadores. A sua sede transferiu-se então para a Travessa do Bola, dado que a primeira, na rua das Fontes, era demasiado exígua para acolher o inesperado acréscimo de membros. Na época de 1917/18 o clube ganha o 1.º Campeonato Regional de Évora, organizado oficialmente e lançado pela Liga Eborense de Futebol, criada no primeiro daqueles anos com o objectivo de organizar torneios e competições.

A partir de 1920 a vida do Lusitano vai mudar. Os estatutos originais do clube não o punham a coberto de qualquer tentativa de apropriação exterior. Quem pagasse um valor de entrada de 5\$00 era aceite como sócio sem discussão, o que não acontecia com quem se queria inscrever sem o pagamento de qualquer contrapartida, que era sujeito a avaliação e selecção da direcção do clube. Foi desta forma que o clube passou para as mãos dos jovens tenentes, ex-cadetes formados por Sidónio Pais e que continuavam fascinados pelo seu ideário antiliberal e antidemocrático.

A maioria desses jovens oficiais, em serviço nos seis quartéis da cidade, decidiram procurar o clube para praticar, não só futebol como outras modalidades que estavam dispostos a implantar no seio da agremiação. Entre o final de 1922 e Janeiro de 1923 o número de sócios do Lusitano passa repentinamente de 60 para 126. Cerca de 80 por cento dos novos membros eram militares. Ultrapassados pelas circunstâncias, os fundadores perderam o controlo da colectividade. Sem surpresa, o tenente de Infantaria 11, José do Pêso de Souza Benchimol, natural de S. Tomé e Príncipe, educado na Casa Pia de Lisboa, mestre militar de Educação

Física e pugilista amador, foi eleito presidente, cargo que manteve na temporada seguinte. Entretanto, no início da temporada de 1921/22, foi decidido mudar as cores do equipamento: a camisola passa a ser metade branca e metade verde, alternando as cores nas mangas, e os calções tornam-se pretos.

No princípio de 1925, com a situação política a degradar-se, o ambiente nos quartéis fervilhava em conspirações visando o derrube da República, o qual se percebia estar na ponta das baionetas. José do Pêso Benchimol viu-se compelido a abandonar a presidência do Lusitano, embora continuasse a ser o grande mentor e conselheiro de Cultura Física do clube. Sucedeu-lhe no cargo o grande proprietário, advogado e professor do Liceu Mário Ribeiro de Lemos, antigo integralista e apoiante de Sidónio Pais, nacionalista fervoroso e admirador do ditador fascista Benito Mussolini.

O grupo dos “jovens tenentes” e outros militares que, entretanto, haviam aderido ao clube, viriam a propor a realização de uma Assembleia Geral visando a alteração do nome. A reunião efectuou-se a 4 de Setembro de 1925 na esplanada do Eden Teatro e levou à aprovação, por maioria, da nova designação de Lusitano Ginásio Clube, abrindo a porta à prática de novas modalidades, nomeadamente as que reclamavam a existência de um recinto interior.

Para o alargamento da actividade desportiva o Lusitano teve que procurar outra sede, em edifício que alugou no Largo do Paraíso e veio a ser inaugurada a 29 de Dezembro, ainda nesse ano. Em pouco tempo ali foi construído um magnífico ginásio, excelentemente apetrechado, e que podia considerar-se um luxo, mesmo a nível de todo o país. Toda esta operação de ocupação do Lusitano por parte das suas gentes teve o beneplácito do General Óscar Fragoso Carmona, futuro Presidente da República e Comandante da 4.ª Região Militar (sede em Évora), entre 1922 e 1925.

Só mais tarde, na revista comemorativa do 18.º Aniversário (1929), Benchimol explicou claramente os fundamentos que estiveram na base dessa mutação na orientação do Lusitano, «que não quer ser um simples agrupamento de carácter desportivo como tantos que se limitam a encher as vitrinas de taças e troféus e pre-

tende antes assumir-se como uma colectividade que por direito se intitule de “Instituição de Educação Física” e se projecte nos princípios basilares e científicos em que assenta o revigoramento da Raça».

O futebol fora relegado para segundo plano. Mas as razoáveis participações no Campeonato de Portugal, a pressão dos fundadores e a construção do campo de futebol por banda do Juventude, em 1928, obrigaram Mário Ribeiro de Lemos a encontrar solução para o problema. Por escritura de 3 de Fevereiro de 1931 o poderoso

cerimónia de pompa e circunstância presidida pelo próprio Presidente da República. Rodeado de 200 atletas em parada, o General Carmona após a condecoração no estandarte do Clube, colocado no tabuleiro da Praça, «ouvindo-se nesse momento uma entusiástica ovação», segundo o relato do “Notícias de Évora”. Estava-se no início do Estado Novo.

Ao contrário do esperado, o galardão não demove os dirigentes lusitanistas dos seus propósitos e opções políticas. Acabam por aderir ao Partido Nacional-Socialista (de índole fascista), liderado por Rolão Preto. Isto acirra os ânimos do governador civil Gomes Pereira, que os persegue com denodo. Em 1934 o governo de Salazar extingue o



Parada dos atletas do Clube aguardando a aposição no estandarte da Ordem de Cristo

presidente comprou por 30 contos, às proprietárias Maria Inácio Fernandes Homem e Maria Luísa Freire de Mattos Fernandes, o campo Estrela, alugado desde 1913 ao Ateneu Eborense, entretanto extinto.

Na vida política, porém, Mário Lemos, presidente da representação local da Liga 28 de Maio, e os seus amigos militares e civis, iam perdendo pontos dada a aproximação daquela formação política aos sectores mais radicais de direita. Carmona e Salazar estavam alerta. O primeiro pensou então que a outorga de uma condecoração ao Clube, face aos bons serviços prestados à ditadura militar, traria ao bom caminho as suas principais figuras.

Em 5 de Outubro de 1932 é anunciada a concessão da Comenda da Ordem Militar de Cristo ao Lusitano Ginásio Clube. A entrega da distinção honorífica só se verifica, porém, a 4 de Junho de 1933, na Praça do Giraldo, em

partido opositor de direita, dispersa pelo país os militares com ele identificados e dificulta a vida aos civis que nele se revêem.

Sem condições para prosseguir, Mário Ribeiro de Lemos abandona o comando do clube. Seguem-se no cargo ainda dois militares: capitão Clemente José Juncal e Mário Guimarães Palha, ex-chefe da Comissão de Censura em Évora (1928). Nenhum deles aquece o lugar; o primeiro queixa-se, inclusive, que nem os jogadores o querem conhecer. Em desespero de causa, o antigo homem forte do clube volta à chefia da direcção. O Lusitano começa a encarar a hipótese de cerrar portas ao dobrar as suas Bodas de Prata, efeméride que não chega a celebrar. No final desse ano de 1936 o “Notícias de Évora”, em pequeno apontamento, lastima o facto e fala «de uma direcção defunta e de perspectivas negras para o futuro». O clube será salvo do desaparecimento em 1938, quando o republicano moderado Joaquim Manuel Câmara Manuel, homem de grande cultura e intocável prestígio na cidade, assume a condução dos seu destinos.

o genuíno sabor da caça na “Cozinha de Santo Humberto”

Tem o nome de “Cozinha de Santo Humberto” o restaurante que nesta edição a «Évora Mosaico» se propõe apresentar a quem nunca o procurou. Aberto em 1971 sob a designação do patrono dos caçadores, a base da sua oferta gastronómica é constituída pelos pratos de caça, ou não tivesse sido José Manuel Espírito Santo, o seu fundador, um caçador de grande gabarito. Quando este decidiu abandonar a restauração, a casa passou para o actual proprietário António Lebre Castor, cozinheiro oriundo do Restaurante “Fialho” mas que já com ele trabalhava há alguns anos. Por isso lhe manteve o nome e a tradição e introduziu no cardápio alguns outros acepipes regionais de sua lavra.

Apesar de ter porta aberta na Rua da Moeda, uma das sete artérias afluentes à Praça de Giraldo, não é fácil dar com ele. De acesso um pouco complicado, dado o afunilamento do seu traçado medieval, só nela podendo circular veículos ligeiros destinados a residentes, cargas e descargas, o restaurante situa-se no lado esquerdo de quem desce, num extenso renque de casas térreas, das muitas que a exornam. Dá-se por ela no número 39, quando em discreta vitrina, inserida em janela gradeada em forma de arco, o restaurante se faz identificar pelo nome do proprietário, pelo horário e dias de funcionamento e pelo anúncio das entidades que o recomendam: Guias Michelin, Repsol, Empfohlen e WTO.

A entrada no prédio, todo em branco e rodapé em ocre, faz-se por um singelo portal encimado por um painel de azulejos representando Santo Humberto. Por estreito corredor se chega às salas refeição, de formas côncavas e irregulares, o que desde logo indicia estar-se em presença de uma antiga adega adaptada a lagar. E neste caso as aparências não iludem. O lugar abrangeu em finais do século XIX a mais célebre taberna eboren-

se, pertencente ao comerciante Joaquim José de Almeida, que, depois de ter feito fortuna, o transformou num excelente armazém de vinhos, vinagres e aguardentes.

As reentrâncias nas paredes correspondem, pois, aos locais onde se encontravam as talhas no interior da adega. A decoração, como não pode deixar de ser em casa de pasto que se assume como lúdica representante da gastronomia alentejana, é discreta mas nela abundam os elementos tradicionais. O tecto é travejado longitudinalmente por toros obtidos das espécies autóctones, deles caindo enormes chaleiras de alumínio, numa das divisões, e frigideiras na outra. Para completar a rusticidade do ambiente foram colocadas peças de artesanato regional (nomeadamente louça, bonecos e vasilhame de pequena dimensão) numa estante de parede, enquanto numa outra, de pé, figuram garrafas de vinho alentejano, numa clara alusão ao passado da casa.

No tocante à oferta gastronómica, a ementa propõe como entradas uma grande variedade de iguarias e petiscos: favas com chouriço, temperadas à moda da região; carapaus de escabeche; pimentos ou cogumelos assados; bacalhau com grão, linguiça frita, farinheira assada; figos ou melão com presunto, amêijoas à Bulhão Pato e gambas à guilho, sem esquecer os deliciosos queijos do concelho. É contudo a caça a maior referência da casa. Fazendo jus ao seu patrono, ali se preparam pratos de extrema sapiência, como o são a lebre com feijão, absolutamente divinal; a perdiz estufada, sensacional; o espectacular pombo estufado e os magníficos bifeinhos e costeletas de javali.

Para quem não aprecia caça ou quando esta não abunda, em virtude dos seus ciclos de reprodução e desenvolvimento, o cardápio apresenta outras alternativas, todas de muita qualidade, sempre de base regional.

Cozinha de Santo Humberto

Rua da Moeda, 39

Telefone 266704251

Encerra à Quinta-feira

60 lugares

Preço médio por refeição – 35,00€

Aceita cartões



Assim, temos a açorda alentejana com ovo; o gaspacho à alentejana, fresquíssimo nos dias de calor insuportável; as sopas de cação, as migas, a sopa de peixe com hortelã da ribeira, os pezinhos de porco de coentrada, a carne de porco de alguidar e o arroz de pato, de esmerada elaboração. E há o ensopado de borrego, o borrego assado no forno, a carne de porco com amêijoas e os medalhões à Santo Humberto.

Claro que comida tão genuinamente regional convoca a companhia de um néctar de igual proveniência. E neste aspecto o restaurante apresenta pujante garrafeira de 60 tintos da região, na sua variedade de marca e castas, desde os da Cartuxa aos do Monte das Cortiçadas. Se estiver indeciso na escolha peça ajuda aos funcionários, porque eles saberão informá-lo com conhecimento de causa. Consolado o estômago com pitéus bem regados avance-se para os doces, também eles pertencentes à doçaria conventual transtagana. O morgado, a encharcada e a sericaia com ameixas d'Elvas estão entre as opções.

O serviço, como já se deixou antever, é simpático, competente e eficaz. Depois de tão opípara refeição aconselha-se um passeio pelo Centro Histórico para auxiliar a digestão. Isto porque na Cozinha de Santo Humberto come-se muito bem, em qualidade e quantidade.



o quase desconhecido

Parque de Campismo

Nas propostas de alojamento que aqui temos apresentado a predominância tem ido para os hotéis de luxo. No primeiro número, porém, a nossa escolha foi para o Solar de Monfalim, a mais antiga unidade do ramo ainda a funcionar. E, na última edição, também fugimos à concentração na cidade e fomos até à vila de Azaruja conhecer o hotel rural “Monte do Carmo”. Acontece que todas estas opções, à excepção do Solar do Monfalim, são caras, e nem todos os que nos visitam para conhecer a cidade são de bolsa recheada. Por outro lado, existe igualmente quem não tenha dificuldades económicas e goste de viajar plácida e serenamente, se deleite na apreciação da paisagem e goste de usufruir o prazer de pernoitar em lugares na periferia dos centros urbanos, sorvendo o contacto com a natureza, isto é, de praticar aquilo que é chamado turismo itinerante.

Normalmente são os jovens e os seniores que mais procuram os parques de campismo e caravanismo. E Évora tem um, embora poucos o pareçam saber, provavelmente por falta de divulgação e promoção. Aliás, o Parque de Campismo nem sequer é novo. Segundo os dados disponíveis, o mesmo terá surgido em finais dos anos 60 por iniciativa da Câmara Municipal de Évora. Para a sua instalação o município disponibilizou a Herdade da Esparragosa, com uma superfície de 3.400 metros quadrados e colonizada por uma floresta de pinheiros que, na sua forma brava, permitem a recuperação de áreas degradadas.

Ao tempo o terreno situava-se fora de Évora, a cerca de 2 quilómetros da cidade, na estrada de ligação às Alcáçovas.

Não havia zona habitada nas cercanias, sendo o campo do Lusitano e o Hipódromo Amílcar Pinto, de um lado, e o armazém do Gaz Cidla, do outro, os pontos de referência mais próximos mas ainda algo distantes. Para além deste relativo isolamento, o momento da sua criação não terá sido o mais oportuno. É verdade que a cidade era então deficitária em termos de alojamento para os forasteiros que a demandavam e certo igualmente que o campismo entrara em moda, mas este fluxo corria em direcção às praias e não às zonas do interior.

Estas circunstâncias, aliadas ao rigor do clima, extremamente frio no Inverno e desmesuradamente quente no Verão, conduziram à falência da sua exploração por parte da Câmara, claramente incompetente para fazer a gestão da estrutura por si criada. Seguiram-se alguns anos de

Parque de Campismo

Estrada das Alcáçovas (E 380)

Herdade da Esparragosa

Tel. 266705190

Fax 266709830

info@orbitur.pt

Capacidade 773 pessoas

Aberto todo o ano

Pré - Pagamento

Prestações variáveis segundo o tipo de ocupação

Horário da Recepção:

8.00 - 21.00 (meados de Junho a meados de Setembro)

9.00 - 19.00 (restante período).



suspensão da actividade, a par de tentativas frustradas de outras entidades para o colocarem em funcionamento. Só a partir de 1986, com a concessão pela UNESCO do estatuto de Património Mundial ao Centro Histórico, a carência de unidades hoteleiras se fez sentir com carácter de urgência. E a opção mais rápida - enquanto aquelas não foram aparecendo - foi a de recuperar o Parque de Campismo, entregando-se a sua concessão à Orbitur - Intercâmbio Turismo, S.A..

A organização, que é maior gestora de parques de campismo a nível nacional, procedeu a profundas alterações, tendo reformado o equipamento, modernizando e aumentando os serviços internos e introduzindo apartamentos ou “bungalows”, que o tornaram mais aprazível e acolhedor. Entretanto, a expansão da cidade acabou por integrá-lo na extremidade da freguesia da Horta das Figueiras, já em zona urbana, e o crescimento do Parque acompanhou, no fundo, o da cidade e acrescentou-lhe uma capacidade de alojamento imprevisível anos antes.

Actualmente o Parque de Campismo de Évora, um dos raríssimos da rede Orbitur que não se encontra perto

de uma praia, de uma barragem, de um rio ou do mar, tem capacidade para receber 773 pessoas. Como é natural, a sua frequência é mínima durante os meses de Inverno, começa a subir lentamente a partir de Março para atingir o máximo em Julho, Agosto e parte de Setembro. Nunca fez o pleno da ocupação, mas nesses meses tem estado, por diversas vezes, bem perto de o conseguir.

Plasmado em forma de cone invertido, recebe automóveis com e sem atrelado, autocaravanas e motas, fornecendo electricidade e admitindo cães e gatos. Aluga apartamentos para 2, 4 e 5 pessoas, podendo incluir um suplemento de mais duas, e possui parque de estacionamento. Entre os serviços disponíveis e essenciais para o apoio aos utentes contam-se cabinas para deficientes, lavadouros de loiça e roupa, lavagem de carros, campo de ténis e parque infantil. Nos meses de Verão estão também abertos um snack-bar, um supermercado e a piscina. O período de silêncio vigora entre as 23 e as 7 horas. Tem saída de emergência e bocas de incêndio.

Em nota final, o Parque de Campismo de Évora é uma boa estrutura turística, de solo relvado, procurada principalmente por holandeses, britânicos e franceses, padecendo no entanto de um senão: as fotografias no interior só são permitidas mediante autorização da administração.



TERRAS DE SOL



**Reguengos de Monsaraz • Alandroal
Évora • Mourão • Portel • Redondo**

